

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

2025
1º SEMESTRE



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º TRIMESTRE DE 2025

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2025, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

1. CONTEXTO ECONÔMICO

O segundo trimestre de 2025 foi marcado por um cenário global complexo, com o PIB mundial desacelerando para uma estimativa anual de 2,9% (abaixo de 2024), influenciado por incertezas políticas, tensões comerciais e expectativas mais fracas para EUA e China. A inflação global mostrou moderação, mas riscos de alta persistiram devido às novas tarifas e aos desafios nas cadeias de suprimentos, levando bancos centrais à cautela na flexibilização monetária.

No Brasil, o trimestre consolidou o aperto monetário, com a taxa Selic atingindo 15,0% em junho, a sétima alta consecutiva, refletindo a preocupação do Banco Central com a inflação persistente e acima da meta, impactada por incertezas fiscais e pelo cenário internacional.

No segundo trimestre de 2025, a inflação (IPCA) acumulada foi de 0,93%, representando uma redução significativa em comparação aos 2,03% registrados no primeiro trimestre. No acumulado do ano, o índice nacional atingiu alta de 2,99%, refletindo a moderação nos preços de alimentos e bebidas, que contribuíram para conter o índice geral. No Espírito Santo, especificamente na Grande Vitória, o IPCA acumulado no semestre foi de 3,21%, indicando dinâmicas regionais próprias.

Embora os dados consolidados do PIB do 2º trimestre de 2025 ainda não tenham sido divulgados, as projeções anuais para o Brasil indicam um crescimento moderado (2,1% a 2,5%), impulsionado pelo consumo das famílias. Para o Espírito Santo, as estimativas divergem, com o desempenho dos setores de serviços, agropecuária e commodities sendo crucial, e a economia capixaba sujeita à volatilidade devido à sua forte vocação exportadora e às novas tarifas americanas.

Complementando o panorama, as estatísticas monetárias e de crédito do Banco Central (dados de maio) indicaram um crescimento de 12,2% no crédito ampliado em 12 meses, com destaque para R\$ 6,7 trilhões em operações de crédito ampliado do SFN (alta de 11,8% em 12 meses). A inadimplência total do SFN manteve-se estável em 3,5% (4,9% no crédito livre), e o endividamento das famílias em 48,9%. A base monetária cresceu 3,5% em 12 meses.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

O BANESTES é uma instituição consolidada, com forte compromisso com a sustentabilidade empresarial. Sua atuação é pautada por três pilares essenciais para o mercado bancário: Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Gente. Com a bandeira "Crescemos Juntos", o Banco cumpre sua função econômica e social, apoiando clientes e a sociedade capixaba através da oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a preço justo, serviços, atendimento e parcerias.

- ✓ Lucro Líquido no segundo trimestre foi de R\$ 7 milhões (-93,3% em 12 meses e -93,6% em 3 meses) e no acumulado do ano atingiu R\$ 119 milhões (-32,1% em 12 meses). O faturamento¹ no trimestre avançou 11,4% com relação ao segundo trimestre de 2024 e +6,9% contra o trimestre anterior, somando R\$ 1,4 bilhão diante as elevações das receitas com caixa e equivalentes (+160,8% em 12 meses e +33,4% em 3 meses) e das receitas com empréstimos e recebíveis (+26,5% em 12 meses e +8,6% em 3 meses). No acumulado do ano, o faturamento atingiu R\$ 2,8 bilhões crescente 5,6% contra o mesmo período do ano anterior, também decorrente principalmente da elevação das receitas com caixa e equivalentes (+152,6% em 12 meses) e de empréstimos e recebíveis (+23,9% em 12 meses) reflexo da elevação dos recursos da carteira de crédito a clientes² (+18,1% em 12 meses). As despesas financeiras no trimestre avançaram (+17,1% em 12 meses e +8,8% em 3 meses), acumulando no semestre R\$ 1,8 bilhão (+7,1% em 12 meses) com destaque para a elevação dos custos com depósitos de clientes (+24,9% em 12 meses) função direta do patamar da taxa de juros - Selic. O *impairment* no trimestre atingiu R\$ 244 milhões diante da revisão dos modelos estatísticos de riscos de perda esperada; somando no semestre o valor de R\$ 200 milhões (+51,2% em 12 meses). Outros itens que impactaram o resultado no trimestre: i) a elevação do resultado com serviços e comissões (+4,4% em 12 meses e +13,3% em 3 meses); ii) menor resultado de seguros e previdência (-0,9% em 12 meses e -27,3% em 3 meses); e iii) aumento das despesas com pessoal (+2,3% em 12 meses e -13,6% em 3 meses) e das outras despesas administrativas (+6,6% em 12 meses e +9,5% em 3 meses). Em suma, no acumulado do ano a eficiência operacional³ foi de 53,1% e a eficiência operacional ajustada ao risco⁴ atingiu 67,9%;
- ✓ O patrimônio líquido registrado no segundo trimestre de 2025 foi de R\$ 2,4 bilhões, 9,5% superior ao mesmo período de 2024 e 2,1% maior que a posição do quarto trimestre de 2024. O índice de Basileia alcançou 14,0% composto integralmente de capital nível I. O retorno sobre o patrimônio líquido anualizado (ROE)⁵ foi de 16,5% e o retorno sobre o ativo anualizado (ROA)⁶ foi de 1,0%. A reserva de lucros (R\$ 481 milhões) recuou 15,8% na comparação com o segundo trimestre de 2024 e 35,4% contra o quarto trimestre de 2024 diante a migração de recursos para compor o capital social que elevou-se 18,8% passando a contabilizar R\$ 1,9 bilhão. Foi destinado aos acionistas no trimestre, a título de juros sobre capital próprio o montante de R\$ 60 milhões, atingindo no acumulado do ano o valor de R\$ 83 milhões;

¹ Trata-se do total das receitas financeiras, receitas de serviços, resultado de ativos financeiros para negociação, resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes, resultado de seguros e previdência e resultados de operações de câmbio e variação cambial.

² Trata-se do total do saldo bruto de empréstimos e recebíveis.

³ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁴ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, do resultado com *impairment* de ativos financeiros, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁵ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos patrimônios líquidos de junho de 2025 e junho de 2024.

⁶ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos ativos totais de junho de 2025 e junho de 2024.

- ✓ Os ativos no segundo trimestre de 2025 atingiram R\$ 38,9 bilhões (+1,5% em 12 meses e +5,4% no ano), impactado pela manutenção do forte avanço das operações de empréstimos e recebíveis (+19,0% em 12 meses e +5,9% no ano) reflexo das concessões/safras de crédito oriundas das demandas proporcionadas pela retomada do avanço da economia local, principalmente, no setor de varejo e de serviços. Os recursos em tesouraria recuaram 7,1% contra o segundo trimestre de 2024 diretamente afetados pela retração da posição financeira dos recursos em instrumentos de dívidas e ativos financeiros, mensurados a valor justo por meio do resultado (-25,4% em 12 meses e -14,2% no ano), em face da estratégia de posicionamento em títulos públicos e privados (alienação de ativos). Dessa forma, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia atingiram R\$ 8,1 bilhões (+103,7% em 12 meses e +84,6% no ano). Importante frisar que, o BANESTES mantém a máxima atenção e direciona suas estratégias e medidas à adequação da política e processos de concessão de crédito, proporcionando maior qualidade as garantias adquiridas nas novas concessões, o aprimoramento dos processos de reestruturação de ativos e a recuperação de créditos em prejuízo;
- ✓ A carteira de crédito a clientes registrou o saldo de R\$ 12,5 bilhões crescentes 18,1% contra o segundo trimestre de 2024 e +6,1% contra o quarto trimestre de 2024. O segmento pessoa física totalizou R\$ 8,5 bilhões (+16,8% em 12 meses e +6,2% no ano); enquanto, o segmento corporativo somou R\$ 3,9 bilhões (+21,1% em 12 meses e +6,1% no ano). Da carteira de clientes corporativos, 69,2% foram concessões à micro, pequenas e médias empresas e apenas 30,8% foram concessões a grandes empresas. Destaque para as modalidades de crédito rural (+64,6% em 12 meses e +23,8% no ano), crédito pessoal (+14,7% em 12 meses e +6,6% no ano) e crédito comercial (+21,2% em 12 meses e +7,2% no ano). No conceito carteira de crédito a clientes ampliada⁷, o saldo nesse trimestre atingiu R\$ 15,0 bilhões (+12,3% em 12 meses e +2,3% no ano) mantendo o crescimento expressivo da operação bancária. O saldo em *impairment* nesse trimestre totalizou R\$ 529 milhões (+0,6% em 12 meses e +11,8% no ano);
- ✓ O índice de inadimplência (>90 dias) encerrou o trimestre em 2,4% e, no conceito ampliado, em 2,0%. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento da pessoa física foram de 1,7% enquanto, no segmento da pessoa jurídica atingiu o patamar de 4,1%. Em suma, a inadimplência comercial vem avançando no ano (+0,3 p.p.) contra a posição apurada em dezembro/2024 principalmente atrelado ao segmento corporativo - pessoa jurídica (+1,0 p.p.). Os estágios das operações que compõem a carteira de crédito comercial do BANESTES se posicionaram da seguinte forma em junho de 2025: 82,4% no estágio 1, 13,4% no estágio 2 e 4,1% no estágio 3. Consoante com sua estratégia e atento ao cenário econômico, o BANESTES aplica toda sua cautela, métodos e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira, que apresentam potencial de *default*;
- ✓ Os depósitos de clientes somaram R\$ 23,7 bilhões no trimestre, estável (-0,2%) contra o mesmo período de 2024 e +3,6% contra o quarto trimestre de 2024. Os recursos de depósitos a prazo e depósitos à vista quando comparados com o mesmo período de 2024 apresentaram queda (-1,0% e -7,6% respectivamente); contudo no decorrer do ano vêm se recuperando (+3,8% e +5,6% respectivamente). Apenas os recursos de poupança apresentaram constante crescimento (+5,0% em 12 meses e +2,4% no ano). Os recursos em títulos de dívidas emitidos totalizaram R\$ 1,5 bilhão, avançando fortemente sua posição (+185,2% em 12 meses e +32,9% no ano), pautado em operações com clientes no mercado

⁷ Trata-se do total dos saldos brutos de empréstimos e recebíveis, de TVM privado (debêntures, notas promissórias/comerciais, CDBs - certificado de depósitos bancários, letras financeiras, CRIs - certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, FDICs - fundo de investimento em direitos creditórios e letras de crédito imobiliário) e garantias prestadas (avais e fianças).

financeiro. Os recursos de instituições financeiras atingiram R\$ 9,7 bilhões, recuando em doze meses (-5,4%) e sinalizando uma recuperação no ano (+8,5%), decorrente das condições de mercado. No trimestre, o BANESTES gerenciou 1.061 mil contas correntes (+5,0% em 12 meses) e 654 mil contas de poupança (+0,7% em 12 meses), relacionando-se com 1.434 mil clientes (+3,8% em 12 meses), a sua maioria, 1.351 mil foram pessoas físicas (+3,6% em 12 meses) e 83 mil pessoas jurídicas (+4,2% em 12 meses). Os recursos em fundos administrados totalizaram no período o saldo de R\$ 8,5 bilhões com expressivos avanços de 23,9% em doze meses e 13,5% no ano;

- ✓ As despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram nesse trimestre o montante de R\$ 238 milhões, aumento de 4,2% contra o mesmo período de 2024, contudo, queda de 4,8% contra o trimestre anterior. No acumulado do ano, as despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram R\$ 487 milhões (+6,5% em 12 meses), pautados nos custos adicionais com a atividade bancária em publicidade e propaganda comercial, serviços técnicos especializados e processamento de dados e impactos econômicos do PDV - Plano de Desligamento Voluntário ocorridos no primeiro trimestre deste ano. Importante frisar que os trabalhos em andamento e ações aplicadas para racionalização de custos têm como diretriz a preservação da qualidade dos serviços prestados, sempre focando na melhor experiência do cliente. No trimestre, o índice de cobertura geral⁸ atingiu 36,9%, enquanto que, no acumulado do ano registrou 35,4%;
- ✓ O resultado de serviços e comissões foi de 52 milhões no trimestre, avanços de 4,4% contra o segundo trimestre de 2024 e 13,3% contra o trimestre anterior, no qual as receitas de serviços somaram R\$ 88 milhões (-1,7% em 12 meses e +3,0% em 3 meses) em que houve avanço nas receitas com cartões de crédito e débito (+12,9% em 12 meses e +4,3% em 3 meses); aliado a redução das despesas com serviços (-9,7% em 12 meses e -9,3% em 3 meses). Os canais digitais (Internet Banking e Mobile) foram responsáveis por aproximadamente 20 milhões de transações financeiras (+11,7% em 12 meses) no segundo trimestre de 2025. Ainda no âmbito da transformação digital, as transações totais, que incluem consultas de informações como extrato, no Aplicativo BANESTES somaram 51 milhões de operações no segundo trimestre de 2025, crescimento de 10,8% quando comparado com o mesmo período de 2024;
- ✓ O total de Impostos, Contribuições e Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no segundo trimestre de 2025 somaram R\$ 95 milhões (+9,2% em 12 meses), acumulando no semestre o valor de R\$ 193 milhões (+10,0% em 12 meses). Desse montante, R\$ 145 milhões (+13,6% em 12 meses) foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações desenvolvidas e executadas pela Instituição. Os outros R\$ 48 milhões (+0,3% em 12 meses) referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos; e
- ✓ A nota de rating do BANESTES manteve-se em AA+(bra) com perspectiva estável concedida pela *Fitch Rating* - agência de classificação de risco. Em sua análise, relata uma visão positiva quanto a estrutura de governança corporativa e o sólido perfil financeiro do banco, que via de regra é sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez.

⁸Relação entre a receita de serviços e o total da despesa administrativa (pessoal e outras).

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O BANESTES deu um passo significativo em sua agenda de sustentabilidade no segundo trimestre de 2025 ao aderir ao Programa Brasileiro *GHG Protocol*. Essa adesão é determinante, pois marca o início da elaboração de seu primeiro inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) utilizando dados de 2024, com a publicação prevista para o segundo semestre de 2025.

Essa iniciativa alinha o Banco às melhores práticas de governança ESG, permitindo que a Instituição identifique e mensure suas fontes de emissão. Com isso, o BANESTES poderá traçar metas claras para a redução de sua pegada de carbono, reforçando seu papel como agente relevante na economia de baixo carbono no Espírito Santo.

Além do foco sustentabilidade, o Banco também publicou a 3ª Carta Anual de Governança Corporativa, referente ao ano de 2024. Este documento detalha as atividades desenvolvidas pelo BANESTES, suas estruturas de controle, os fatores de risco envolvidos, as políticas e práticas de governança adotadas, e a composição e remuneração da sua administração.

No eixo de capital humano e bem-estar foram intensificadas as iniciativas do Programa Cuidar 360º, focando na saúde, bem-estar e satisfação dos colaboradores. As ações abrangeram os pilares de saúde física, emocional e social, com destaque para o apoio ao bem-estar emocional com 175 atendimentos, reforçando o cuidado integral com o colaborador.

Para estreitar o relacionamento do Time Cuidar com as agências, o programa realizou visitas presenciais conduzidas pelo Serviço Social e pela Psicologia. Essas visitas proporcionaram momentos de acolhimento e descontração, garantindo que os colaboradores de todas as localidades se beneficiassem dos serviços oferecidos.

Para fomentar o diálogo e o desenvolvimento, promovemos a "Roda de Conversa para Coordenadores" e lançamos 14 "Pílulas de Conhecimento", abordando temas como liderança, clima organizacional e saúde integral. Essas iniciativas reforçam o compromisso em promover um ambiente de trabalho saudável e engajador para todos os colaboradores.

No eixo do desenvolvimento de habilidades interpessoais, autocuidado e autogestão para líderes, foram realizadas em parceria com a Mental Pró, duas turmas *Master Class* (95 participantes) e palestras sobre TDAH e assédio moral e sexual, alcançando mais de 1.000 participantes. O Projeto Gerando Cuidado, em parceria com a *Affetic Baby*, registrou sete novos cadastros de pais e mães, e a Campanha de Vacinação Contra a Gripe foi realizada para todo o SFB e Fundação BANESTES. A agenda de Campanhas Solidárias foi iniciada beneficiando o Asilo de Vitória com uma doação de mais de R\$ 25 mil.

O investimento em desenvolvimento profissional foi evidenciado pelo lançamento do Programa Altitude de Desenvolvimento de Lideranças, que capacitou 335 colaboradores em liderança e gestão de vendas. Adicionalmente, 300 licenças para cursos na plataforma Alura foram distribuídas.

Para fortalecer as práticas de *Compliance*, o Seminário de *Compliance* 2025 abordou temas como Ética, Integridade, Anticorrupção, LGPD, Segurança Cibernética, Gestão de Continuidade de Negócios e ESG. Três Campanhas de

Conscientização foram promovidas, focando em saúde e valorização da diversidade (Dia Mundial de Conscientização do Autismo, Dia da Família e Mês do Orgulho LGBTQIA+).

Em segurança do trabalho, foram entregues 101 equipamentos ergonômicos e realizadas 18 avaliações de posto de trabalho, além de 9 avaliações de ambiente. Reuniões da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio) nos meses de maio e junho fortaleceram a cultura de prevenção e do cuidado no ambiente de trabalho, com propostas de melhorias e resolução de problemas.

O BANESTES segue investindo em inovação e parcerias estratégicas para acelerar sua transformação digital. No acumulado do primeiro semestre, o valor investido alcançou a marca de R\$ 97 milhões, um acréscimo de 123,3% comparado ao ano anterior, sendo desse valor R\$ 29 milhões investidos no segundo trimestre. A construção do seu Ecossistema de Data & Analytics robusto segue avançando reforçando o compromisso com a modernização de *Business Intelligence*, *Analytics* e Inteligência Artificial (IA), promovendo decisões baseadas em dados.

O BANESTES avança no uso de Inteligência Artificial generativa para otimizar a eficiência operacional. Para acelerar a evolução, foi renovada a parceria com a *Startup Aumo*. Esta colaboração expande nossas capacidades, permitindo a criação de novos assistentes e agentes de IA, além da flexibilidade para integrar diferentes LLMs (*Large Language Models*). A integração do Sab.IA, o assistente inteligente dos colaboradores, ao repositório de documentos e o uso complementar de tecnologias como o Google Gemini seguem sendo pilares para aumentar a produtividade e a eficiência da gestão interna de informações.

Além disso, a parceria com a plataforma WIS continua sendo fundamental para aprimorar e inovar as competências dos colaboradores, alinhando-se à busca contínua do BANESTES por excelência e novas habilidades.

O programa Inov.AI segue sendo um programa muito importante, que capacita os estagiários internos com tecnologia *Low-Code* para desenvolver soluções rapidamente. No segundo trimestre de 2025, o Inov.AI atingiu um marco significativo: 29 aplicações únicas em produção, beneficiando 19 departamentos do Banco. Essa iniciativa demonstra um engajamento crescente, com mais de 800 usuários ativos mensais e superando 1.200 contas registradas, o que evidencia a agilidade e eficiência na criação de ferramentas internas.

Essas iniciativas digitais visam melhorar a experiência do cliente, impulsionar a melhoria contínua de soluções e desenvolver novos produtos e serviços, além de ampliar o acesso remoto e conveniente aos serviços bancários, reduzindo despesas operacionais e promovendo a sustentabilidade.

A plataforma digital Bizi, exclusiva do BANESTES para servidores públicos, desde seu lançamento, já gerou aproximadamente R\$ 39 milhões em empréstimos digitais. Em um movimento estratégico para expandir sua base de convênios de crédito consignado, firmou uma nova parceria com a Universidade de São Paulo (USP). Essa colaboração amplia significativamente o mercado potencial do Banco, impulsionando o crescimento de sua base de clientes em nível nacional. O BANESTES também está focado em diversificar a oferta de produtos por meio da Bizi, buscando fortalecer ainda mais o relacionamento com servidores públicos em todo o Brasil.

O BANESTES investe na comunicação interna para garantir o fluxo horizontal de informações entre todos os seus colaboradores. Externamente, atua ativamente na divulgação da marca e no atendimento à imprensa, além de criar conteúdo para as redes sociais (Instagram, Facebook, LinkedIn e X). Essas ações são essenciais para divulgar o Banco aos clientes e à sociedade.

No segundo trimestre de 2025, o Banco intensificou suas ações institucionais e de relacionamento, focando em produções audiovisuais e eventos estratégicos. O Banco obteve um desempenho positivo na mídia, com um total de 529 inserções, das quais 475 foram favoráveis. Nas redes sociais, mantém uma presença ativa e registrou 2.497 interações monitoradas, com uma percepção predominantemente positiva, o que reforça o engajamento e a boa reputação online.

Vale destacar o Encontro de Gigantes 2025, evento de grande relevância que reuniu presencialmente todos os colaboradores da Instituição, promovendo a integração e o alinhamento de todos.

A campanha "BANESTES Tá ON", lançada no final de 2024, continuou a todo vapor nos dois primeiros trimestres de 2025. Além de manter sua forte presença digital, a campanha expandiu-se para revistas, rádio, TV e mídia exterior, solidificando a imagem do Banco junto aos capixabas.

O BANESTES tem sido um pilar importante no apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) capixabas, incluindo profissionais liberais, em 2025. Até o momento, o Banco realizou mais de 1.800 operações via PRONAMPE, injetando cerca de R\$ 93 milhões na economia local. Desse total, aproximadamente R\$ 43 milhões foram concedidos em 872 operações somente no segundo trimestre de 2025, demonstrando um ritmo acelerado de crescimento.

Além do PRONAMPE, a carteira ativa de Capital de Giro e Crédito Investimento do BANESTES para MPEs é substancial, totalizando R\$ 3,1 bilhões distribuídos em 13.538 contratos ativos. Esses números reforçam o compromisso do BANESTES em fornecer suporte financeiro necessário para o desenvolvimento e crescimento das pequenas empresas no Espírito Santo.

O BANESTES está consolidando sua presença digital, mesmo com uma vasta rede de 753 pontos de atendimento físicos. Essa rede inclui 148 agências e postos, 274 pontos de atendimento eletrônico e 331 correspondentes. No entanto, o segundo trimestre de 2025 deixou claro que os canais digitais (Internet Banking e Aplicativo) são cada vez mais importantes para os clientes, com o aplicativo se destacando como o principal motor desse avanço.

O aplicativo do BANESTES registrou um volume impressionante de quase 51 milhões de transações, incluindo consultas (como, por exemplo, o extrato da conta). Esse número representa um aumento de 10,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior, solidificando o aplicativo como o canal de interação preferencial. Ele já responde pela maioria das mais de 58 milhões de transações totais (financeiras e de consulta) realizadas em todos os canais do Banco.

Juntos, os canais digitais impulsionaram as transações financeiras, que ultrapassaram a marca de 20 milhões de operações no trimestre. Isso representa um notável aumento de 11,7% em relação ao ano anterior, reforçando a migração dos clientes para as plataformas digitais no atendimento das suas necessidades bancárias.

O BANESTES demonstrou um forte compromisso com a melhoria de sua infraestrutura e com o apoio a importantes iniciativas sociais, culturais e esportivas no Espírito Santo durante os primeiros seis meses de 2025.

No campo da responsabilidade social e cultural, o BANESTES patrocinou mais de 90 projetos sociais, esportivos e culturais no estado, alcançando um público estimado em 1,2 milhão de pessoas. Entre os destaques, estão eventos de grande alcance como o Carnaval de Vitória e o Jesus Vida Verão. O Banco também estendeu seu apoio a projetos culturais via Lei Rouanet e ao Fundo da Infância e Adolescência, incluindo o festival "PCD: Pinta, Canta e Dança" e a Casa de Acolhida e Educação Infantil - Creche Alegria, em total alinhamento com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No esporte, a parceria oficial de patrocínio com a Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo para o Campeonato Capixaba 2025 foi um sucesso, garantindo um excelente retorno sobre o investimento para o Banco.

No segundo trimestre de 2025, o BANESTES demonstrou seu papel como um importante gerador de recursos para o Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador. O Banco destinou aproximadamente R\$ 56 milhões ao Estado na forma de juros sobre capital próprio. Com esse repasse, o montante acumulado no primeiro semestre de 2025 já superou os R\$ 76 milhões. Esse valor retorna diretamente à sociedade capixaba, sendo direcionado conforme as prioridades de investimentos estabelecidas no orçamento estadual.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O BANESTES possui uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos. Ela é desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e, o que é fundamental, reduzir os riscos.

A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco. Essa área conta com unidades dedicadas a gestão e avaliação dos diferentes tipos de riscos, incluindo o risco de crédito, o risco de mercado e o risco de liquidez. Além disso, existem unidades focadas na gestão da continuidade dos negócios e na Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa (PLD-FTP).

Em total conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, o BANESTES adota uma gestão integrada de riscos. Essa abordagem inclui a figura de um Diretor de Riscos e Controle, responsável por todo o Conglomerado Prudencial. Há também um Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, que desempenha um papel fundamental ao assessorar o Conselho de Administração do Banco em suas decisões estratégicas.

O BANESTES promove uma forte cultura interna de gerenciamento de riscos e *compliance*, baseada em procedimentos normatizados e controles internos alinhados à legislação brasileira de combate à corrupção. Para isso, o Banco implementou o Programa de Integridade BANESTES, que inclui diversas ações e controles para prevenir corrupção e outras atividades ilícitas. Um canal de denúncias está disponível no site do BANESTES, garantindo um meio seguro para comunicação de irregularidades.

O programa de PLD/FTP da Instituição também é abrangente, com políticas e controles robustos para evitar essas práticas conforme exigências das normas de PLD/FTP. Há, inclusive, um canal interno de comunicação dedicado à área de PLD/FTP para fortalecer a prevenção: prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br.

Atuando como a "terceira linha de defesa", a Auditoria Interna do BANESTES se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Sua função é aprimorar continuamente os processos de gerenciamento de riscos, controles internos e a governança corporativa.

Além disso, o Banco realiza análises gerenciais de risco social, ambiental e climático. Isso envolve o monitoramento de clientes pessoa jurídica com maior potencial de impacto, visando mitigar perdas e identificar eventos adversos que possam surgir.

O BANESTES demonstra um forte compromisso com a proteção de dados e a segurança cibernética, garantindo a conformidade e a proteção de suas operações e clientes. A Instituição mantém um Programa de Proteção de Dados abrangente, assegurando que toda a sua infraestrutura esteja em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Isso se reflete na revisão contínua de contratos, que agora incluem cláusulas protetivas específicas, e na disponibilidade de um canal oficial de comunicação dedicado a assuntos relacionados à LGPD.

Além disso, o BANESTES fortalece sua segurança cibernética e da informação por meio de serviços gerenciados que abrangem diversas frentes: proteção, monitoramento de vulnerabilidades, resposta a incidentes e consultoria especializada. A mais recente contratação desses serviços, finalizada em 2024, trouxe atualizações tecnológicas e novos recursos para expandir a proteção do ambiente cibernético do Banco.

Para aprimorar ainda mais a segurança, uma plataforma de conscientização de segurança está em fase final de implantação. Essa iniciativa visa melhorar o mapeamento e a mitigação de riscos cibernéticos entre colaboradores e parceiros, utilizando testes e trilhas de conhecimento para educar e engajar a equipe.

5. EMPRESAS CONTROLADAS

A BANESTES Seguros (BANSEG) está conquistando um espaço significativo no mercado de seguros brasileiro e solidificando sua liderança no Espírito Santo. De acordo com o anuário "Finanças Mais - edição 2024" do jornal O Estado de São Paulo ("Estadão"), a BANSEG está entre as 20 maiores seguradoras do Brasil no ramo Automóvel. No segmento de ramos gerais, a seguradora figura entre as 50 maiores do país, conforme o anuário "Valor 1000" edição 2024 do jornal Valor Econômico.

No mercado capixaba, a BANSEG reafirma sua posição como líder, sendo consistentemente reconhecida como uma das marcas mais lembradas na pesquisa Recall de Marcas em 2024. Seus produtos são amplamente comercializados através da rede de agências BANESTES e em parceria com mais de 400 corretoras de seguros, ampliando seu alcance e sua capilaridade no estado.

A BANSEG demonstrou um desempenho financeiro robusto no primeiro semestre de 2025, alcançando um lucro líquido de R\$ 17,5 milhões. Esse resultado se traduz em um Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 16,4% e representa 9,0% do resultado consolidado do Sistema Financeiro BANESTES (SFB).

O prêmio ganho total da seguradora registrou um aumento de 8,7% em comparação com o mesmo período de 2024, com destaque para o crescimento de 15,6% na carteira de pessoas. Esse desempenho sublinha a solidez da BANSEG e seu compromisso contínuo com a inovação na criação de produtos e o estabelecimento de parcerias estratégicas. A gestão das despesas administrativas é rigorosamente acompanhada, contribuindo para a eficiência e os resultados positivos da seguradora.

A BANSEG está focada em aprimorar a experiência de seus clientes, investindo pesado em inovação e gestão de projetos na área de tecnologia da informação. Isso garante que a seguradora possa oferecer um atendimento de ponta e proteção completa e eficiente aos seus segurados.

Buscando crescimento contínuo, a equipe da BANSEG já está desenvolvendo novos produtos nas áreas de Vida e Habitacional, com previsão de lançamento para o segundo semestre de 2025. A implementação de um novo sistema de gestão de seguros promete trazer mais agilidade e eficiência operacional, permitindo uma oferta mais ampla de produtos e novas oportunidades de parcerias em resseguros e/ou cosseguros. Todas essas iniciativas visam fortalecer a competitividade da BANSEG e aprimorar a experiência do cliente.

No que diz respeito ao capital intelectual, a BANSEG valoriza seus colaboradores. A empresa incentiva a seleção interna e as promoções por meritocracia, além de investir no desenvolvimento de lideranças por meio de capacitações internas e externas.

A BANSEG também reconhece o papel fundamental do setor de seguros na promoção da sustentabilidade. Por isso, a empresa desenvolve ações ESG através do seu Comitê de Sustentabilidade. Após a aprovação da Matriz de Materialidade da BANSEG, foram estabelecidos planos de ação específicos para mitigar os riscos relacionados à sustentabilidade dentro da Companhia.

A BANESTES Corretora teve um segundo trimestre de 2025 excelente, registrando um crescimento constante e significativo no volume de produção de seguros. Os seguros de acidentes pessoais (BAP) se destacaram, com um impressionante aumento de 143,0% em relação ao mesmo período de 2024, atingindo a marca de R\$ 11 milhões. A parceria com a Embrakon também gerou resultados notáveis, com uma produção de R\$ 91 milhões somente no segundo trimestre de 2025, representando um crescimento de 305,0% sobre o mesmo período do ano anterior. No acumulado do primeiro semestre de 2025, essa parceria já alcançou R\$ 126 milhões.

Outros produtos também contribuíram para o bom desempenho, como o prestamista PJ gerou R\$ 4 milhões no trimestre, um aumento de 250,0% em relação a 2024. O prestamista PF cresceu 4,0%, com uma produção de R\$ 572 mil no trimestre. O seguro residencial alcançou R\$ 2 milhões, um aumento de 24,0% em comparação com o mesmo período de 2024. O produto empresarial teve uma produção de R\$ 525 mil. O seguro automóvel também apresentou bons resultados, com R\$ 2 milhões em produção.

Nos planos de previdência, os pagamentos mensais foram de R\$ 744 mil, e a carteira encerrou o trimestre em R\$ 917 milhões, um crescimento de 19,0%. Esses resultados demonstram a forte atuação da BANESTES Corretora em diversos segmentos e seu sucesso em expandir a oferta de produtos e parcerias.

A BANESTES DTVM é especializada em gestão de ativos e administração de recursos de terceiros, oferece diversos produtos de investimento como fundos de renda fixa, multimercados, ações e o FII BANESTES Recebíveis Imobiliários (BCRI11), com mais de 43 mil cotistas.

No segundo trimestre de 2025, a DTVM focou na captação de recursos, encerrando o período com R\$ 8,7 bilhões sob gestão e um lucro líquido de R\$ 4,8 milhões, um aumento de 21,0% em relação ao ano anterior. Considerando também a BANESTES Corretora, o lucro líquido consolidado totalizou R\$ 31,1 milhões no acumulado do semestre, contribuindo com 16,1% para o lucro consolidado do BANESTES.

A BANESTES Loteria encontra-se em fase pré-operacional, estabelecendo sua estrutura mínima sob a administração de um Conselho e Diretoria. Operando em compartilhamento com o BANESTES, ela utiliza áreas de apoio como contabilidade, auditoria e TI, e suas atividades são realizadas por funcionários do próprio BANESTES, já que a Loteria não possui quadro de pessoal próprio.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao segundo trimestre de 2025.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório - Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no segundo trimestre de 2025.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e acreditam na Instituição, tornando possível a construção de um Banco cada vez mais sólido e rentável, alinhado às expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO CONSOLIDADAS EM IFRS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	13
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	14
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	15
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	17
1. CONTEXTO OPERACIONAL	19
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	19
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	21
4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	41
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	44
6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	57
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	59
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	59
9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	60
10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	60
11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	63
12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	64
13. OUTROS ATIVOS	66
14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	66
15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	67
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	67
17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	68
18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	68
19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	69
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	69
21. OUTROS PASSIVOS	71
22. OPERAÇÕES DE SEGUROS	72
23. MARGEM FINANCEIRA	73
24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	74
25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	74
26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	74
27. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS	75
28. DESPESAS DE PESSOAL	75
29. PROVISÕES	75
30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	75
31. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	76
32. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	76
33. RESULTADO POR AÇÃO	77
34. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77
35. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	78
36. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	79
37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	83
38. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	84
39. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	85

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.533.995	1.388.546
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	5-7-10	488.348	398.683
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	11.398.554	14.232.497
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		11.398.554	14.232.497
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	23.823.797	19.378.369
Créditos a Instituições Financeiras		8.094.644	4.454.743
Empréstimos e Recebíveis		11.949.095	11.285.113
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		3.780.058	3.638.513
Operações de Seguros		27.664	27.602
Outros Ativos	13	599.091	592.409
Ativos Fiscais Diferidos	12	360.509	308.518
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	47.423	46.404
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	224.069	163.966
Ativos Intangíveis	16	410.780	379.917
Total do Ativo		38.914.230	36.916.911

PASSIVO	Notas	30/06/2025	31/12/2024
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	9.671.887	8.917.652
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	23.663.537	22.841.860
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	1.495.766	1.125.357
Passivos de Impostos Correntes		4.468	5.363
Passivos de Operações de Seguros		44	3.264
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	42.295	20.460
Passivos para Sinistros Ocorridos	22b	23.749	29.437
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22c	11.515	11.515
Provisões	20	174.294	164.647
Outros Passivos	21	1.442.543	1.463.336
Passivos Fiscais Diferidos	12a	21.451	20.472
Patrimônio Líquido			
Capital Social	35	1.900.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(18.391)	(31.477)
Reservas de Lucros		481.072	745.025
Prejuízos Acumulados			-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.362.681	2.313.548
Total do Patrimônio Líquido		2.362.681	2.313.548
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		38.914.230	36.916.911

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre		Semestre	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receitas Financeiras		1.306.494	1.164.309	2.515.274	2.390.303
Despesas Financeiras		(939.088)	(802.246)	(1.802.473)	(1.682.783)
Margem Financeira	23	367.406	362.063	712.801	707.520
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		87.530	89.086	172.532	167.915
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(35.175)	(38.954)	(73.974)	(77.096)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	52.355	50.132	98.558	90.819
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	25	17.595	-	32.020	1.054
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		-	11.019	-	11.019
Resultado de Seguros e Previdência	26	28.409	28.658	67.494	68.593
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	27	(243.991)	(46.992)	(200.410)	(132.530)
Despesa de Pessoal	28	(133.125)	(130.126)	(287.163)	(255.146)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		6.304	12.485	14.050	17.693
Provisões	29	(5.087)	(8.607)	(17.658)	(14.112)
Despesas Tributárias	30	(31.374)	(28.373)	(61.472)	(56.263)
Outras Despesas Administrativas	31	(104.399)	(95.645)	(199.733)	(198.590)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	32	(878)	(11.804)	(17.451)	(1.615)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(46.785)	142.810	141.036	238.442
Impostos Correntes	12	(39.853)	(34.069)	(83.748)	(71.555)
Impostos Diferidos	12	93.776	(1.478)	61.505	8.000
Lucro Líquido do Semestre	33	7.138	107.263	118.793	174.887
Resultado do Semestre Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		7.138	107.263	118.793	174.887
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		315.912	315.912	315.912	315.912
Ações Ordinárias		231.006	231.006	231.006	231.006
Ações Preferenciais		84.906	84.906	84.906	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	33	0,03	0,34	0,38	0,55

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
 Em milhares de reais

	Notas	Trimestre		Semestre	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro Líquido do Semestre		7.138	107.263	118.793	174.887
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	10	1.676	(14.095)	13.086	(7.015)
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	10	3.926	(12.904)	24.580	1.228
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação		(1.887)	(11.019)	(1.887)	(11.019)
Efeito em Impostos	10	(363)	9.828	(9.607)	2.776
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		1.676	(14.095)	13.086	(7.015)
Resultado Abrangente do Semestre		8.814	93.168	131.879	167.872
Resultado Abrangente do Semestre Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		8.814	93.168	131.879	167.872

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.600.000	526.934	(6.116)	-	2.120.818
Transações de Capital com os Sócios	-	(58.000)	-	(72.324)	(130.324)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	(58.000)	-	(72.324)	(130.324)
Resultado Abrangente Total	-	-	(7.015)	174.887	167.872
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	174.887	174.887
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(7.015)	-	(7.015)
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	(7.015)	-	(7.015)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	102.563	-	(102.563)	-
Outras movimentações	-	102.563	-	(102.563)	-
Saldos Finais em 30 de junho de 2024	1.600.000	571.497	(13.131)	-	2.158.366

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.600.000	745.022	(31.477)	-	2.313.545
Transações de Capital com os Sócios	300.000	(300.000)	-	(82.743)	(82.743)
Aumentos de Capital	300.000	(300.000)	-	-	-
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(82.743)	(82.743)
Resultado Abrangente Total	-	-	13.086	118.793	131.879
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	118.793	118.793
Outros Resultados Abrangentes	-	-	13.086	-	13.086
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	13.086	-	13.086
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	36.050	-	(36.050)	-
Constituição de Reservas	-	36.050	-	(36.050)	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-
Saldos Finais em 30 de junho de 2025	1.900.000	481.072	(18.391)	-	2.362.681

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
 Em milhares de reais

	Notas	Semestre	
		30/06/2025	30/06/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		186.434	(5.082.726)
Lucro Líquido do Semestre Ajustado		(625.532)	(902.575)
Lucro Líquido do Semestre		118.793	174.887
Ajustes ao Lucro		(744.325)	(1.077.462)
Depreciação e Amortização	15-16	57.445	49.469
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros	27	200.410	132.530
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(31.734)	(2.540)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(776.766)	(986.180)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(236.514)	(342.122)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		4.460	3.415
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		17.655	13.950
Ajuste de Provisão - Outras		(1.524)	(9.539)
Despesas de Impostos Correntes		83.748	71.555
Despesas com Impostos Diferidos		(61.505)	(8.000)
Varição Líquida nos Ativos e Passivos		811.966	(4.180.151)
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(43.149)	148.030
Reservas no Banco Central		(24.866)	37.658
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		(70.777)	6.953
Empréstimos e Recebíveis		(863.874)	(1.136.023)
Operações de Seguros		(62)	(1.664)
Outros Ativos		(5.151)	(35.299)
Depósitos de Clientes		821.676	1.326.182
Recursos de Instituições Financeiras		754.234	(4.422.593)
Títulos de Dívida Emitidos		370.409	(155.404)
Impostos Pagos		(74.150)	(74.331)
Passivos de Operações de Seguros		(3.220)	1.041
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		21.835	(12.741)
Passivos para Sinistros Ocorridos		(5.688)	3.948
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		-	(9)
Passivo de Arrendamento		20.117	(10.993)
Outros Passivos e Provisões		(85.368)	145.094
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		3.584.607	7.344.053
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		1.981	-
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(101.295)	(153.497)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		3.640.593	6.530.205
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(265.224)	(244.595)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		311.267	1.098.449
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(18.331)	(21.655)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	10.868	20.641
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(35.475)	(10.499)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	(2.712)	1.791
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(68.431)	(37.875)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	25.537	24.122
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(67.931)	(37.257)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	601	41
Juros Recebidos		153.159	174.182
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos		(51.900)	(108.000)

Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(51.900)	(50.000)
Dividendos pagos			(58.000)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.719.141	2.153.327
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.396.353	1.814.140
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	8.115.494	3.967.467

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Referente ao Semestre findo em 30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“BANESTES”, “Banco”, “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria a BANESTES Loteria S.A. que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. **Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2025 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 13 de agosto de 2025 (Nota 39).
- b. **Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Base para Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			30/06/2025	30/06/2024
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100,00%	100%
Fundos de Investimento				
BANESTES Fic Meza I em Cotas de FI em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada**	Fundos de Investimento	Integral	100,00%	100%

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

** O Fundo BANESTES FIC MEZA foi criado pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em dezembro de 2024.

d. **Adoção de Novas Normas e Interpretações** – a partir de 01 de janeiro de 2025 as seguintes alterações de normas foram adotadas:

- **IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** A falta de conversibilidade de uma moeda pode tornar desafiador determinar uma taxa de câmbio apropriada. Essa falta de conversibilidade é muitas vezes resultado de controles cambiais governamentais que restringem a troca ou volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entenderem os impactos de uma moeda sem conversibilidade. A alteração entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 e não

houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

e. **Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros**

- **Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. **POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. **Transações em Moeda Estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado

de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

• Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

• Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

• Avaliação do modelo de negócio

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

- **Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

- **c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e

taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origemção.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios. Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

O SFB designou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes instrumentos de patrimônio representados por cotas de fundos de investimentos. O valor justo desses investimentos é de R\$ 0 em 30 de junho de 2025 (R\$ 34.759 em 30 de junho de 2024).

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais
- (iii) quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo por meio do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. **Reclassificação de instrumentos financeiros**

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no trimestre.

c.4. **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

1. *Desreconhecimento de ativos financeiros*

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. *Desreconhecimento de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do

SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default portfolio - LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2025 e 2024
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo

Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No primeiro semestre de 2025, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17 referem-se a contratos de seguros, contratos de resseguros cedidos. Esses contratos, de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC - *Liability for Remaining Coverege*), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC - *Liability for Remaining Coverege*), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Para os contratos de resseguro será adotada as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, sendo que na data de apresentação do reconhecimento inicial acrescido os valores de Prêmios de Resseguros Líquidos de Comissões a Pagar, diminuído dos valores do ativo de cobertura remanescente (Resseguro Diferido) e posteriormente, o valor contábil do Passivo de Contratos de Resseguros Mantidos, será acrescido das despesas reconhecidas de prêmios de resseguros líquidos de comissões e diminuídos dos prêmios de resseguros líquido de comissões pagos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa.

Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem bottom-up.

Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o *Best Estimate Liability* (BEL) de 46,02%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 14,92%, enquanto que para os seguros de danos o *Best Estimate Liability* (BEL) obtido foi de 75,34%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 8,22%.

Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a poderação pelo fator de exposição ao risco.

k.1. Apuração do Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - *Incurred But Not Paid*). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como *top-down* e *bottom-up*.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem *bottom-up*. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou swaps interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente transladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou swaps interbancários.

O ponto de partida da abordagem *top-down*, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem *top-down*.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem

bottom-up tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem *top-down* seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem *bottom-up*, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devam ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como "Receitas de Prestação de Serviços e Comissões".

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em "Provisões".

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 30 de junho de 2025, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 0 (R\$ 33 em 30 de junho de 2024).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como “Despesas de Pessoal” na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 38.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a

alíquota da referida contribuição.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como "Outras Despesas", dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;
ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- **Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA**

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;

- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados apresentados.

Durante o período findo em 30 de junho de 2025 o BANESTES efetuou a revisão da estimativa da provisão para risco de crédito, decorrente de novas informações disponíveis nesse período e da experiência adquirida ao longo dos últimos anos, desde a divulgação da Resolução CMN nº4.966/2021. Este processo de revisão considerou também a avaliação da perda esperada de crédito por especialistas contratados pela Administração, a revisão periódica do SFB dessas estimativas e avaliação das melhores práticas do mercado, bem como a evolução contínua dos processos do Banco. Dessa forma, o BANESTES revisitou premissas e critérios, tais como: ajustes nas regras de alocação em estágio 2 (incluindo regras de aumento significativo de risco) e estágio 3; aplicação da PD 12 meses em contratos rotativos em estágio 1 e 2; ajustes no cálculo de PD Vida; ajuste no cálculo de LGD para contratos de financiamento imobiliário.

Esta mudança não se relaciona com períodos anteriores. O montante do efeito da mudança da estimativa para período findo

em 30 de junho de 2025 é de R\$ 5.930.

- **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como "Provisões".

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios,

expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Ajuste de Avaliação Patrimonial", quando ocorrer.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	30/06/2025	31/12/2024
Alienação Fiduciária	5.954.069	315.918
Aval/ Fiança/ Caução	98.301	28.272
Cessão/ Consignação	160.076	94.948
Hipoteca/ Penhor	1.087.751	128.231
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	599	164
Total	7.300.796	567.533

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do trimestre.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda” (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	30/06/2025	31/12/2024
Imóveis	40.089	38.154
Veículos	8.666	9.742
Outros	14	14
Subtotal	48.769	47.910
Provisão p/ Desvalorização	(1.346)	(1.506)
Valor Líquido	47.423	46.404

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros ao VJORA	30/06/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	11.398.554	-	-	11.398.554	14.246.788	-	-	14.246.788
Letras Fin. do Tesouro - LFT	10.696.972	-	-	10.696.972	12.886.108	-	-	12.886.108
Notas Fin. do Tesouro - NTN	93.573	-	-	93.573	190.688	-	-	190.688
Debêntures	608.009	-	-	608.009	1.090.514	-	-	1.090.514
Letras Financeiras	-	-	-	-	20.466	-	-	20.466
Cotas de Fundos	-	-	-	-	59.012	-	-	59.012
Total	11.398.554	-	-	11.398.554	14.246.788	-	-	14.246.788

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/06/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	8.094.644	-	-	8.094.644	4.454.743	-	-	4.454.743
Aplicações no mercado aberto	7.715.406	-	-	7.715.406	4.118.781	-	-	4.118.781
Aplicações em depósitos interfinanceiros	379.238	-	-	379.238	335.962	-	-	335.962
Instrumento de Dívida e Patrimônio	3.780.058	-	-	3.780.058	3.638.513	-	-	3.638.513
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.733.025	-	-	1.733.025	1.628.357	-	-	1.628.357
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	500.552	-	-	500.552	502.315	-	-	502.315
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	53.872	-	-	53.872	69.990	-	-	69.990
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	54.664	-	-	54.664	60.960	-	-	60.960
Debêntures	620.294	-	-	620.294	718.786	-	-	718.786
Letras financeiras	536.962	-	-	536.962	627.875	-	-	627.875
Nota Comercial	280.689	-	-	280.689	30.227	-	-	30.227
Outros	-	-	-	-	3	-	-	3
Créditos a clientes	10.110.127	1.644.800	194.168	11.949.095	10.772.411	242.069	270.633	11.285.113
Créditos a clientes	10.110.127	1.644.800	194.168	11.949.095	10.772.411	242.069	270.633	11.285.113
Riscos potenciais	1.643.416	203.003	4.129	1.850.548	2.100.430	18.700	3.763	2.122.893
Limites a clientes	1.643.416	203.003	4.129	1.850.548	2.100.430	18.700	3.763	2.122.893
Total	23.628.245	1.847.803	198.297	25.674.345	20.966.097	260.769	274.396	21.501.262

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	488.348	398.683
Cotas de fundos de investimento	488.348	398.683
Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA		
Instrumentos de Patrimônio	-	59.012
Cotas de fundos de investimento	-	59.012

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Inadimplência;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Segmentação.

Aumento significativo no risco de crédito e "cura"

O SFB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SFB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SFB considera que uma contraparte teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros; e
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%.

Além disso, considera-se que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito quando a contraparte tiver um contrato renegociado (até o momento em que o mesmo for considerado curado, de acordo com as regras expostas mais adiante) ou restrições financeiras.

Considera-se que um instrumento deixou de apresentar aumento significativo de risco de crédito (ou seja, evento de “cura” que proporciona a volta para o Estágio 1) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de:

- 4 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos parcelados;
- 5 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos rotativos;
- 6 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito consignado;
- 9 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito renegociadas;
- 5 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos parcelados;
- 6 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos rotativos; e
- 9 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com operações de crédito renegociadas.

Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após “cura”.

Definição de inadimplência e “cura”

O SFB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perdas esperadas (PE), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias, operações renegociadas vencidas a mais de 60 dias, operações onde o devedor possua apontamento de restrição financeira com atraso superior a 30 dias e/ou de cheque sem fundo e operações onde o devedor (pessoa jurídica) encontra-se em processo de recuperação judicial, concordata ou falência.

Para operações interbancárias (créditos a instituições financeiras), o SFB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de “cura”) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 1 mês, para clientes com produtos rotativos, consignados ou parcelados, e de 3 meses, para clientes com operações renegociadas. Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após “cura”.

Segmentação (agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas)

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes.

O SFB agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (*visão forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default - PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	-

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	30/06/2025	31/12/2024
A	2.206.865	743.786
B	1.746.841	2.016.567
C	4.113.667	2.142.517
D	3.300.036	1.674.494
E	585.835	2.375.820
F	10.079	2.805.543
G	515.252	-
Total	12.478.575	11.758.727

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	Desocupação - últimos 3 meses	7.00% a.m
	Inadimplência PF - últimos 10 meses	3.73% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	Desocupação - último mês	6.60% a.m.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	Inadimplência PF - últimos 5 meses	3.79% a.m
	Desocupação - últimos 3 meses	7.00% a.m
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	Desocupação - últimos 5 meses	6.50% a.m
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	Inadimplência PJ - últimos 5 meses	2.23% a.a.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 30 de junho de 2025, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física - Produtos Rotativos		PD	% relativo
Desocupação	Base	2,8033%	0,00%
	Piora 1%	2,8398%	1,30%
	Melhora 1%	2,7673%	-1,28%
Inadimplência PF	Base	2,8033%	0,00%
	Piora 1%	2,8286%	0,90%
	Melhora 1%	2,7782%	-0,90%

Pessoa Física - Crédito Consignado		PD	% relativo
Desocupação	Base	4,1587%	0,00%
	Piora 1%	4,1867%	0,67%
	Melhora 1%	4,1309%	-0,67%
PIB	Base	4,1587%	0,00%
	Piora 1%	4,0425%	-2,79%
	Melhora 1%	4,2783%	2,88%

Pessoa Física - Produtos Parcelados		PD	% relativo
Inadimplência PF	Base	11,2668%	0,00%
	Piora 1%	11,6714%	3,59%
	Melhora 1%	10,8757%	-3,47%
Desocupação	Base	11,2668%	0,00%
	Piora 1%	11,3586%	0,82%
	Melhora 1%	11,1756%	-0,81%

Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos		PD	% relativo
Inadimplência PJ	Base	4,8196%	0,00%
	Piora 1%	4,9070%	1,81%
	Melhora 1%	4,7336%	-1,78%

Pessoa Jurídica – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Desocupação	Base	8,6002%	0,00%
	Piora 1%	8,8506%	2,91%
	Melhora 1%	8,3568%	-2,83%
PIB	Base	8,6002%	0,00%
	Piora 1%	8,0598%	-6,28%
	Melhora 1%	9,1768%	6,71%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;

- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	30/06/2025				31/12/2024			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	57.985.994	21.062.122	4.980.406	31.943.466	59.647.611	19.229.342	6.409.670	34.008.599
Passivos não Derivativos	40.897.280	21.299.948	3.290.629	16.306.703	40.663.742	19.906.028	2.864.426	17.893.288
Depósitos de Instit. Financeiras	9.740.592	9.614.321	126.271	-	8.909.354	8.775.682	133.672	-
Depósitos de Clientes	29.093.147	10.921.156	3.107.805	15.064.186	30.123.850	10.948.307	2.075.445	17.100.098
Emissão de Títulos	1.794.899	562.753	761	1.231.385	1.383.055	43.411	565.661	773.983
Outros passivos financeiros	268.642	201.718	55.792	11.132	247.483	138.628	89.648	19.207

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado - Carteira de Trading e Banking

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*) e das operações classificadas tanto na carteira de negociação quanto das operações classificadas na carteira bancária (VaR Global), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII):

	30/06/2025			31/12/2024				
	Mínimo	Média	Máximo	30/06/2025	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2024
VaR PRE	-	-	-	-	-	-	-	-
VaR Trading	1.866	3.527	5.913	4.545	1.096	1.844	3.289	3.289
Banking (EVE)	48.038	71.671	84.941	48.038	80.122	336.521	470.709	80.122
VaR Global	91.514	119.518	155.517	91.514	81.434	117.918	181.643	181.643

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	423	-	-	423
Total	423	-	-	423
Posição Líquida	423	-	-	423

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	30/06/2025			31/12/2024		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(5.031)	(125.325)	(249.813)	(2.246)	(55.675)	(110.280)
IPCA	(341)	(7.592)	(13.336)	(330)	(7.249)	(12.648)
Dólar	(4)	(106)	(212)	(9)	(233)	(466)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados

contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificadas contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	11.371.059	14.136.715
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	466.626	398.685
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/ caract. de <i>trading</i>	423	933

Quadro de Análise de Sensibilidade

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa Prefixada de Juros	(5.031)	(125.325)	(249.813)
Índices de Preços	(341)	(7.592)	(13.336)
Moedas	(4)	(106)	(212)
Fundos			

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito - RWAcad

para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução nº. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado	2.352.609	2.357.214
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(426.080)	(382.803)
(-) Ativos Intangíveis	(393.595)	(365.944)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	(29.964)	(13.464)
(-) Créditos Tributários	(2.521)	(3.395)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	96.497	-
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	2.023.026	1.974.411
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.375.861	11.733.546
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.067.647	2.354.758
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	1.163	2.565
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAasp)	496	540
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.445.167	14.091.409
Margem sobre o PR considerando IRRBB¹ e ACP²	458.245	414.690
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,00%	14,01%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	48.038	80.122

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

¹ IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

² ACP - Adicional de Capital Principal.

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros e Outros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização. E

resultado de fundo de investimento.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024 são as seguintes:

Demonstração do Resultado do Semestre por Segmento Em 30 de junho de 2025:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	689.890	22.911	-	712.801
Resultado de Prestação de Serviços (1)	106.737	(3.192)	(4.987)	98.558
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	31.166	6.263	(5.409)	32.020
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	67.568	(74)	67.494
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(200.403)	(7)	-	(200.410)
Despesas de Pessoal (1)	(269.723)	(17.440)	-	(287.163)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	-	14.050	-	14.050
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	65.546	-	(65.546)	-
Provisões	(12.206)	(5.452)	-	(17.658)
Despesas Tributárias	(49.206)	(12.266)	-	(61.472)
Outras Despesas Administrativas (2)	(194.356)	(10.438)	5.061	(199.733)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(17.829)	428	(50)	(17.451)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	149.616	62.425	(71.005)	141.036
Impostos Correntes e Diferidos	301	(22.544)	-	(22.243)
Resultado Líquido do Semestre	149.917	39.881	(71.005)	118.793
Resultado do Semestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	149.917	39.881	(71.005)	118.793
Total do Ativo	39.303.084	581.291	(970.145)	38.914.230
Passivo	36.742.341	159.068	(349.865)	36.551.544

Em 30 de junho de 2024:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	690.850	16.670	-	707.520
Resultado de Prestação de Serviços (1)	107.581	(12.756)	(4.006)	90.819
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	1.054	-	-	1.054
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	11.019	-	-	11.019
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	68.660	(67)	68.593
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(132.536)	6	-	(132.530)
Despesas de Pessoal (1)	(239.264)	(15.882)	-	(255.146)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	138	17.555	-	17.693
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	62.285	-	(62.285)	-
Provisões	(13.747)	(365)	-	(14.112)
Despesas Tributárias	(48.668)	(7.595)	-	(56.263)
Outras Despesas Administrativas (2)	(193.613)	(9.091)	4.114	(198.590)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(1.605)	32	(42)	(1.615)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	243.494	57.234	(62.286)	238.442
Impostos Correntes e Diferidos	(44.404)	(19.151)	-	(63.555)
Resultado Líquido do Semestre	199.090	38.083	(62.286)	174.887
Resultado do Semestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	199.090	38.083	(62.286)	174.887
Total do Ativo	38.608.390	436.616	(696.964)	38.348.042
Passivo	36.298.423	123.966	(232.713)	36.189.676

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos pelas empresas, taxa de administração do FUNDO VGBL e resultado com imóveis.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e conseqüentemente, esses dados são representativos.

	30/06/2025			31/12/2024		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	488.348	488.348	-	398.683	398.683
Cotas de Fundos de Investimento	-	488.348	488.348	-	398.683	398.683
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	11.391.867	6.687	11.398.554	14.148.671	83.826	14.232.497
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	59.012	59.012
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	10.790.545	-	10.790.545	13.070.650	-	13.070.650
Títulos de Dívida de Emissores Privados	601.322	6.687	608.009	1.078.021	24.814	1.102.835

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	30/06/2025				31/12/2024			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	3.780.058	3.748.640	2.790.162	958.478	3.638.295	3.586.986	2.701.446	885.540
Créditos a Inst. Financeiras	8.094.644	8.094.644	-	8.094.644	4.454.961	4.454.961	-	4.454.961
Empréstimos e Recebíveis	11.949.095	11.949.095	-	11.949.095	11.285.113	11.285.113	-	11.285.113
Depósitos de Clientes (1)	23.663.537	23.205.040	-	23.205.040	22.841.860	22.464.175	-	22.464.175
Recursos de Inst.Financeiras(2)	9.671.887	9.662.461	-	9.662.461	8.917.652	8.917.652	-	8.917.652
Títulos de Dívida Emitidos	1.495.766	1.491.286	-	1.491.286	1.125.357	1.125.357	-	1.125.357

(1) Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

(2) Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	206.168	169.584
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	7.719.281	4.120.768
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.928.988	1.411.307
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.511.342	576.302
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.278.951	2.133.159
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	189.999	106.000
Aplicações Voluntárias no Banco Central	189.999	106.000
Total	8.115.448	4.396.352

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	98.549	101.973
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	946.027	922.293
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	93.252	88.696
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	189.999	106.000
Total		1.327.827	1.218.962

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação

Categoria/Papel	30/06/2025				
	sem vencto.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	22.007	6.629	292.012	167.700	488.348
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	22.007	6.629	292.012	167.700	488.348
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	193.160	5.224.149	5.981.245	11.398.554
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	4.843.715	5.951.907	10.795.622
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	193.256	382.902	32.153	608.311
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento					
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(96)	(2.468)	(2.815)	(5.379)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	10.325.204	1.383.029	166.469	11.874.702
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	9.868.402	470.294	48.383	10.387.079
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	374.215	163.000	-	537.215
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	87.883	750.134	118.109	956.126
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(5.296)	(399)	(23)	(5.718)

31/12/2024					
Categoria/Papel	sem vencido	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	115.570	160.193	122.920	398.683
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	-	115.570	160.193	122.920	398.683
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	59.012	2.977.294	1.034.402	10.161.789	14.232.497
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.952.530	30.596	10.093.670	13.076.796
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	10.182	10.284	-	20.466
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	59.012	-	-	-	59.012
Debêntures	-	16.095	1.001.008	73.411	1.090.514
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.513)	(7.486)	(5.292)	(14.291)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	6.002.495	1.903.848	186.913	8.093.256
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	5.343.500	931.789	47.177	6.322.466
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	620.961	373.584	-	994.543
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	40.881	599.409	139.824	780.116
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(2.847)	(934)	(88)	(3.869)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2024	Ganho	Perda	Impostos	PDD	Saldo
		Não Realizado				30/06/2025
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(31.478)	(94.957)	117.348	(9.607)	302	(18.392)

c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	30/06/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Títulos e Valores Mobiliários	(5.379)	-	-	(5.379)	(14.291)	-	-	(14.291)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(5.030)	-	-	(5.030)	(6.056)	-	-	(6.056)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(47)	-	-	(47)	(90)	-	-	(90)
Debêntures	(302)	-	-	(302)	(8.135)	-	-	(8.135)
Letras Financeiras	-	-	-	-	(10)	-	-	(10)
Total	(5.379)	-	-	(5.379)	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/06/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(3.917)	-	-	(3.917)	(2.103)	-	-	(2.103)
Aplicações no Mercado Aberto	(3.628)	-	-	(3.628)	(1.937)	-	-	(1.937)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(289)	-	-	(289)	(166)	-	-	(166)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(1.801)	-	-	(1.801)	(1.766)	-	-	(1.766)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(809)	-	-	(809)	(766)	-	-	(766)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(235)	-	-	(235)	(288)	-	-	(288)
Títulos Públicos Federais - CVS	(25)	-	-	(25)	(33)	-	-	(33)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(26)	-	-	(26)	(29)	-	-	(29)
Debêntures	(292)	-	-	(292)	(338)	-	-	(338)
Letras Financeiras	(252)	-	-	(252)	(295)	-	-	(295)
Nota Comercial	(162)	-	-	(162)	(17)	-	-	(17)
Total	(5.718)	-	-	(5.718)	(3.869)	-	-	(3.869)

d. Movimentação do *Impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 30 de junho de 2025:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)
Novos ativos financeiros originados	(165)	-	-	(165)
Estorno de provisão de operações liquidadas	7.961	-	-	7.961
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	1.116	-	-	1.116
Saldos em 30 de junho de 2025	(5.379)	-	-	(5.379)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Novos ativos financeiros originados	(56)	-	-	(56)
Estorno de provisão de operações liquidadas	51	-	-	51
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.698)	-	-	(1.698)
Saldos em 30 de junho de 2025	(3.806)	-	-	(3.806)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)
Novos ativos financeiros originados	(226)	-	-	(226)
Estorno de provisão de operações liquidadas	126	-	-	126
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(46)	-	-	(46)
Saldos em 30 de junho de 2025	(1.912)	-	-	(1.912)

Em 31 de dezembro de 2024:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)
Novos ativos financeiros originados	8.728	-	-	8.728
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.175)	-	-	(11.175)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(891)	-	-	(891)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Novos ativos financeiros originados	10.572	-	-	10.572
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.461)	-	-	(11.461)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	19	-	-	19
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.222)	-	-	(3.222)
Novos ativos financeiros originados	2.975	-	-	2.975
Estorno de provisão de operações liquidadas	(387)	-	-	(387)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.132)	-	-	(1.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	30/06/2025	31/12/2024
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	245.017	123.623
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	245.017	123.623
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	71.584	121.328
Títulos de Renda Fixa - Públicos	71.584	121.328

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	30/06/2025			31/12/2024		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	699.162	(40.796)	658.366	688.544	(31.568)	656.976
Crédito comercial	3.559.361	(117.129)	3.442.232	3.320.339	(154.217)	3.113.856
Imobiliário	2.889.425	(39.328)	2.850.097	2.828.256	(43.756)	2.784.500
Industrial	5.034	(132)	4.902	10.134	(221)	9.913
Pessoal	3.964.901	(161.083)	3.803.818	3.719.365	(62.968)	3.656.397
Renegociação	289.231	(146.639)	142.592	326.693	(164.154)	162.539
Rural	1.071.461	(24.373)	1.047.088	865.396	(16.730)	848.666
Total	12.478.575	(529.480)	11.949.095	11.758.727	(473.614)	11.285.113

Movimentação do Impairment

Em 30 de junho de 2025:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2025	187.613	34.633	251.368	473.614
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(58.006)	20.386	-	(37.620)
Estágio 1 para o Estágio 3	(4.503)	-	80.507	76.004
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(11.611)	49.923	38.312
Estágio 2 para o Estágio 1	2.036	(8.695)	-	(6.659)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	6.239	(33.112)	(26.873)
Estágio 3 para o Estágio 1	31	-	(339)	(308)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	29.798	4.366	29.059	63.223
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	46.792	(7.885)	30.695	69.602
Estorno de provisão de contratos liquidados	(28.462)	(4.336)	(87.017)	(119.815)
Total dos movimentos com impactos no resultado	175.299	33.097	321.084	529.480
Perda Esperada em 30 de junho de 2025	175.299	33.097	321.084	529.480

Em 31 de dezembro de 2024:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2024	75.556	216.786	197.194	489.536
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(1.261)	9.765	-	8.504
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.077)	-	41.150	40.073
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(32.345)	76.330	43.985
Estágio 2 para o Estágio 1	27.863	(129.048)	-	(101.185)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	492	(2.237)	(1.745)
Estágio 3 para o Estágio 1	1.373	-	(28.612)	(27.239)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	89.134	5.108	79.814	174.056
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	3.733	(3.967)	1.766	1.532
Estorno de provisão de contratos liquidados	(7.708)	(32.158)	(114.037)	(153.903)
Total dos movimentos com impactos no resultado	187.613	34.633	251.368	473.614
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2024	187.613	34.633	251.368	473.614

Composição por vencimento

	30/06/2025	31/12/2024
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	12.478.575	11.758.727
Prestações Vencidas	155.512	85.214
A partir de 15 dias	155.512	85.214
Prestações a Vencer	12.323.063	11.673.513
Até 90 dias	3.678.284	1.167.441
De 91 a 360 dias	4.190.565	2.237.452
Acima de 360 dias	4.454.214	8.268.620

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	30/06/2025		30/06/2024	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	289.939	289.939	244.148	244.148
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(72.485)	(57.987)	(61.037)	(48.830)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	20.686	16.548	18.080	14.465
Resultado de Equivalência Patrimonial	17.465	12.886	14.850	11.077
Adições (exclusões) de caráter permanente	(11.335)	(2.075)	(7.671)	(1.292)
Adições (exclusões) de caráter temporário	(5.379)	(4.022)	(7.124)	(5.684)
Total dos Valores Devidos	(51.048)	(34.650)	(42.902)	(30.264)
Realização da Reserva de Reavaliação	5	5	14	10
Incentivos Fiscais	1.940	-	1.587	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(49.103)	(34.645)	(41.301)	(30.254)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(557)	(472)	(676)	(534)
Ativo Fiscal Diferido	34.851	27.683	5.030	4.180
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.809)	(7.434)	(36.947)	(26.608)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 15,77% e 26,65% para o primeiro semestre de 2025 e 2024, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	201.223	192.689	(240.232)	153.680
Ações Trabalhistas	28.552	3.998	(2.607)	29.943
Ações Cíveis	27.308	2.887	(2.229)	27.966
Contingências Fiscais	17.691	6.553	(4.395)	19.849
Outras Contingências	14.315	16.133	(14.932)	15.516
Ajustes de IFRS*	(11.556)	-	4.668	(6.888)
Total de Adições Temporárias	277.533	222.260	(259.727)	240.066
Crédito Tributário Não Corrente	1.528	(1.528)	-	-
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	279.061	220.732	(259.727)	240.066
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	-	101.824	-	101.824
Ajustes ao Valor de Mercado - VJORA	29.457	2.768	(13.606)	18.619
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	29.457	104.592	(13.606)	120.443
Total Geral dos Créditos Tributários	308.518	325.324	(273.333)	360.509
Total dos Créditos Tributários Ativados	308.518	325.324	(273.333)	360.509

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2025
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de <i>Leasing</i>	-			
Diferenças Temporárias	20.284	1.284	(255)	21.313
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo - Tít. Disp. P/Venda	39	-	(39)	-
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(695)		(10)	(705)
Total Geral dos Débitos Tributários	19.628	1.284	(304)	20.608

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2025	5.351	4.281	-	-	9.632
2026	42.649	34.119	-	-	76.768
2027	32.478	25.628	-	-	58.106
2028	28.332	22.666	-	-	50.998
2029	22.657	18.125	-	-	40.782
2030 a 2034	69.013	55.210	-	-	124.223
Total	200.480	160.029	-	-	360.509
Valor Presente	153.547	122.540	-	-	276.087
Valor Presente em 30/06/2024	165.609	132.083	-	-	283.644

13. OUTROS ATIVOS

	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais dados em Garantia	207.498	195.558
Depósitos Trabalhistas	48.643	41.297
Depósitos Cíveis	54.328	52.177
Depósitos Fiscais	101.943	99.978
Depósitos de Sinistros	2.239	1.710
Outros Depósitos	345	396
Impostos e Contribuições a Compensar	13.977	14.370
Pagamentos a Ressarcir	35.471	30.943
Serviços Prestados a Receber	3.017	3.106
Adiantamentos e Antecipações Salariais	14.276	6.536
Adiantamentos para Pagamentos	22.746	26.303
Arrendamentos Operacionais a Receber	-	14
Despesas Antecipadas	65.771	68.024
Participações Pagas Antecipadamente	93	18.083
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	121.705	112.534
Devedores Diversos - País	105.296	109.008
Outros Ativos	9.241	7.930
Total	599.091	592.409

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	30/06/2025	31/12/2024
Relações Interfinanceiras		121.705	112.534
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	14.969	4.612
Sistema Financeiro da Habitação		97.631	100.459
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	3.879	3.711
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	105.465	108.462
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.713)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	9.105	7.463
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		121.705	112.534

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/06/2025	31/12/2024
Custo de aquisição		
Saldo no Início Do Semestre	47.910	65.707
Aquisições	18.331	45.883
Alienações / Baixas	(17.472)	(63.819)
Transferências	-	139
Total	48.769	47.910
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Trimestre	(1.506)	(1.888)
Desvalorização	(6.444)	(15.372)
Baixas / Alienações	6.604	15.754
Total	(1.346)	(1.506)
Resultado Líquido	47.423	46.404

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2024	4.049	61.259	33.447	120.262	25.177	7.856	101.799	353.849
Aquisições	-	4.004	4.786	33.469	25.708	291	35.475	103.733
Alienações/ Baixas	-	(762)	(15)	(620)	(25.532)	-	(20.809)	(47.738)
Transferências	-	-	(1.492)	1.380	112	173	-	173
Saldo Final em 30/06/2025	4.049	64.501	36.726	154.491	25.465	8.320	116.464	410.016
Depreciação								
Saldo em 31/12/2024	(2.407)	(32.687)	(19.010)	(90.361)	(14.759)	(6.323)	(24.336)	(189.883)
Depreciação do Semestre	(33)	(2.568)	(779)	(4.355)	(601)	(200)	(12.441)	(20.977)
Baixas/Alienações	-	762	12	618	-	-	23.521	24.913
Saldo Final em 30/06/2025	(2.440)	(34.493)	(19.777)	(94.098)	(15.360)	(6.523)	(13.256)	(185.947)
Saldo Líquido Final em 30/06/2025	1.609	30.007	16.946	60.393	10.109	1.797	103.208	224.069
Saldo Líquido em 31/12/2024	1.642	28.572	14.437	29.901	10.418	1.533	77.463	163.966

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2024	214.350	12.127	293.682	85.971	606.130
Aquisições	5.634	-	44.728	17.569	67.931
Alienações / Baixas	-	-	(584)	-	(584)
Transferências	62.476	-	-	(62.493)	(17)
Saldo Final em 30/06/2025	282.460	12.127	337.826	41.047	673.460
Depreciação					
Saldo em 31/12/2024	(110.230)	(7.933)	(108.050)	-	(226.213)
Amortização do Semestre	(8.732)	(348)	(27.387)	-	(36.467)
Baixas / Alienações					
Transferências					
Saldo Final em 30/06/2025	(118.962)	(8.281)	(135.437)	-	(262.680)
Saldo Líquido Final em 30/06/2025	163.498	3.846	202.389	41.047	410.780
Saldo Líquido em 31/12/2024	104.120	4.194	185.632	85.971	379.917

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/06/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 30/06/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
No País:	9.671.887	8.917.652		
Depósitos à Vista	917	911		
Operações Compromissadas	9.392.773	8.691.325	11,92% e 14,90%	12,05% e 12,15%
Obrigações por Repasses:	141.302	192.895		
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	133.784	185.557		
BNDES	-	-		
Finame	7.518	7.338		
Depósitos Interfinanceiros	136.895	32.521	14,90% e 100,00%	10,50% e 12,15%
Total	9.671.887	8.917.652		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	917	911		
Exigível a Prazo	9.670.970	8.916.741		
Até 1 ano	9.647.225	8.892.949		
De 1 a 5 anos	23.745	23.792		
Acima de 5 anos	-	-		
Total	9.671.887	8.917.652		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/06/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 30/06/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Depósitos à Vista	1.038.275	983.072		
Depósitos a Prazo	17.868.165	17.214.632	2,00% e 100,00%	2,00% e 100,00%
Depósitos de Poupança	4.753.722	4.644.156	0,57% e 0,68%	0,52% e 0,63%
Outros	3.375	-		
Total	23.663.537	22.841.860		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	10.075.578	9.681.063		
Exigível a Prazo	13.587.959	13.160.797		
Até 1 ano	1.646.788	1.642.960		
De 1 a 5 anos	11.445.047	10.930.847		
Acima de 5 anos	496.124	586.990		
Total	23.663.537	22.841.860		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/06/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 30/06/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Letras de Crédito Imobiliário	616.971	573.341	80,00% e 97,00%	80,00% e 96,00%
Letras de Agronegócio	878.795	552.016	80,00% e 97,00%	80,00% e 96,00%
Total	1.495.766	1.125.357		
Composição por prazo de vencimento				
Até 90 dias	-	42.824		
De 91 a 360 dias	546.063	514.529		
Acima de 360 dias	949.703	568.004		
Total	1.495.766	1.125.357		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	30/06/2025					30/06/2024				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2024	63.517	60.807	39.890	433	164.647	64.611	66.184	45.070	314	176.179
Constituições/Atualizações	8.882	6.368	6.420	366	22.036	13.245	3.725	1.838	284	19.092
Pagamentos/Reversões	(5.835)	(4.821)	(1.128)	(605)	(12.389)	(15.012)	(4.888)	(210)	(221)	(20.331)
Saldo Atual	66.564	62.354	45.182	194	174.294	62.844	65.021	46.698	377	174.940

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 98,49% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 30 de junho de 2025, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 66.793 (R\$ 62.844 em 30/06/2024) sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito

judicial R\$ 45.282 (R\$ 39.028 em 30/06/2024) e em depósito recursal a importância de R\$ 3.320 (R\$ 3.800 em 30/06/2024).

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza - Fiscal	30/06/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	15.630	61.071	10.487	60.336
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	26.907	37.210	26.059	36.037
Honorários - Diversas Ações	2.645	-	3.344	-
Outros	-	3.662	-	3.605
Total	45.182	101.943	39.890	99.978

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base

de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

f. Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 9.414 (R\$ 25.382 em 30/06/2024).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 222.473 (R\$ 307.190 em 30/06/2024) sendo que as mais relevantes representam R\$ 10.589 (R\$ 10.589 em 30/06/2024).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 468 (R\$ 21.822 em 30/06/2024) referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2025	31/12/2024
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	102.228	77.650
Impostos a Recolher	43.423	40.897
Obrigações por Aquisição de Bens	64.506	58.427
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	118.449	138.578
Obrigações Sociais e Estatutárias	20.885	91.595
Pagamentos a Efetuar	103.351	125.839
Receita Diferida	-	3.437
Recursos em Trânsito de Terceiros	-	11.999
Relações Interfinanceiras	594.193	586.531
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-	37
Credores por Recursos a Liberar	30.458	79.876
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	90.253	27.292
Obrigações por Transações de Pagamentos	33	33
Obrigações por Convênios Oficiais	50.436	35.927
Credores Diversos - País	173.777	142.719
Outros Passivos	50.551	42.499
Total	1.442.543	1.463.336
Total Passivo Circulante	1.326.667	1.368.102
Total Passivo Não Circulante	115.876	95.234

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	30/06/2025	31/12/2024
até 1 ano	26.614	24.981
de 1 ano a 5 anos	56.351	45.025
acima de 5 anos	19.263	7.644
Total	102.228	77.650

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em junho de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	100.574	93.165	193.739
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(37.592)	(16.545)	(54.137)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(191)	-	(191)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	28.523	16.631	45.154
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(93.792)	(68.938)	(162.730)
Saldo Final em 30/06/2025	104.688	(62.393)	42.295

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2023	(95.388)	112.379	16.991
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	180.694	173.843	354.537
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(58.458)	(31.537)	(89.995)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(333)	-	(333)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	47.982	31.575	79.557
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	20.739	(372.966)	(352.227)
Saldo Final em 31/12/2024	95.236	(86.706)	8.530

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em junho de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2024	11.515
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 30/06/2025	11.515

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2023	8.951
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	2.564
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/12/2024	11.515

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro

Em junho de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	40.297	25.011	65.308
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(22.461)	(19.098)	(41.559)
Saldo Final Ajustado	17.836	5.913	23.749

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.718	20.682	54.400
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(20.304)	(4.659)	(24.963)
Saldo Final Ajustado	13.414	16.023	29.437

23. MARGEM FINANCEIRA

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	426.546	168.855
Créditos a Instituições Financeiras	33.014	49.335
Empréstimos e Recebíveis	960.734	775.182
Títulos de Investimento	1.056.284	1.364.784
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	38.078	28.087
Outras Receitas Financeiras	618	4.060
Total	2.515.274	2.390.303
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(632.341)	(746.748)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(1.168.142)	(934.976)
Depósitos Especiais	(322)	(262)
Outras Despesas Financeiras	(1.668)	(797)
Total	(1.802.473)	(1.682.783)
Margem Financeira	712.801	707.520

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	57.271	56.796
Cartões de Crédito/ Débito	40.029	33.513
Administração de Fundos de Investimentos	10.468	15.581
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	7.021	6.642
Arrecadações e Convênio	12.188	12.496
Transferência de Fundos e Recursos	-	8.185
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	-	8.176
Cobrança	7.800	7.278
Corretagem de seguros	-	13.405
Serviços de Custódia	427	374
Outras Receitas de Prestação de Serviços	37.328	5.469
Total	172.532	167.915
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(41.596)	(43.322)
Cartões de Crédito	(21.752)	(18.096)
Correspondente Bancário	(8.446)	(9.042)
Informação Cadastral	(1.558)	(1.557)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(9.840)	(14.627)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(8.880)	(13.531)
Despesas de Corretagem de Seguros	(13.793)	(10.379)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(1.816)	(1.875)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(7.889)	(7.989)
Total	(73.974)	(77.096)
Resultado Líquido	98.558	90.819

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	-	1.054
Fundos de Investimento	32.020	-
Total	32.020	1.054
Resultado Líquido	32.020	1.054

26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	77.985	82.418
Pessoas	101.116	102.379
Total	179.101	184.797
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(74.201)	(79.403)
Pessoas	(37.406)	(36.801)
Total	(111.607)	(116.204)
Resultado de Seguros e Previdência	67.494	68.593

27. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	333.986	56.408
Total	333.986	56.408
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(535.178)	(191.431)
Outras Provisões	782	2.493
Total	(534.396)	(188.938)
Resultado Líquido	(200.410)	(132.530)

28. DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2025	30/06/2024
Salários	(167.969)	(144.207)
Encargos Sociais Obrigatórios	(47.764)	(47.620)
Benefícios	(47.460)	(41.787)
Participações Estatutárias no Lucro	(17.171)	(15.192)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(4.972)	(4.172)
Treinamento	(1.248)	(1.470)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(144)	(191)
Remuneração do Conselho Fiscal	(435)	(507)
Total	(287.163)	(255.146)

29. PROVISÕES

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas		
Reversão de Provisões Trabalhistas	13	-
Reversão de Provisões Cíveis	2.989	4.760
Reversão de Provisões Fiscais	1.013	-
Reversão de Provisões Outras	-	220
Total	4.015	4.980
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(8.882)	(13.245)
Contingências Cíveis	(6.368)	(3.725)
Contingências Fiscais	(6.420)	(1.838)
Contingências Outras	(3)	(284)
Total	(21.673)	(19.092)
Resultado das Provisões	(17.658)	(14.112)

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2025	30/06/2024
Contribuição ao Cofins	(43.596)	(38.462)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(9.421)	(8.962)
Contribuição ao PIS/PASEP	(7.308)	(6.311)
IPTU	(953)	(905)
Outras	(194)	(1.623)
Total	(61.472)	(56.263)

31. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2025	30/06/2024
Depreciações e Amortizações	(57.444)	(49.469)
Serviços Técnicos Especializados	(30.711)	(38.214)
Processamento de Dados	(28.016)	(30.387)
Segurança e Vigilância	(13.034)	(12.302)
Manutenção e Conservação de Bens	(11.496)	(12.760)
Comunicação	(7.149)	(6.285)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(18.246)	(18.101)
Transporte	(5.794)	(6.007)
Água, Energia e Gás	(3.263)	(3.490)
Serviços de Terceiros	(7.904)	(8.102)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(4.459)	(3.415)
Viagens	(582)	(1.180)
Materiais	(966)	(1.517)
Aluguéis(1)	(1.692)	(1.366)
Seguros	(127)	(147)
Contribuições Filantrópicas	(740)	(459)
Outras Despesas Administrativas	(8.110)	(5.389)
Total	(199.733)	(198.590)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

32. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	30/06/2025	30/06/2024
Outras Receitas		
Dividendos de Ações Disponíveis para Venda	-	2
Ganho de Capital	-	708
Recuperação de Encargos e Despesas	1.377	1.186
Atualizações Monetárias	7.289	6.086
Depósitos Judiciais	7.249	6.068
Outras Atualizações	40	18
Receitas de Aluguéis	493	-
Créditos Decisões Trans. Julgado Cont. Previdenciárias	-	666
Reversão de Provisões Operacionais	4.246	13.978
Reversão de Provisões - Recursos Humanos	1.250	-
Variações Cambiais Ativas	453	582
Outras Receitas Operacionais	8.409	791
Outras Rendas Não Operacionais	1.704	502
Total	25.221	24.501
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(12.211)	(11.687)
Despesas com Cartões	(3.251)	(3.559)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	(51)	-
Perda de Capital	(553)	-
Ressarcimento de Custos	(2.704)	(15)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	-	(38)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(9.205)	(3.150)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(452)	(962)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(914)	(753)
Despesa com Processos Cíveis	(54)	(83)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(914)	(773)
Despesa com Regulação de Seguros	(357)	(366)
Variações Monetárias Passivas	(76)	(29)
Variações Cambiais Passivas	(58)	(123)
Outras Despesas Operacionais	(11.872)	(4.259)
Outras Despesas Não Operacionais	-	(319)
Total	(42.672)	(26.116)
Resultado Líquido	(17.451)	(1.615)

33. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 30 de junho de 2025 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 118.793 (R\$ 174.887 em 2024), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 315.912.860. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,38 em 30 de junho de 2025 e R\$ 0,55 em 30 de junho de 2024.

34. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

b. Aumento de Capital - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2025 foi aprovado o aumento de capital social da Instituição no montante de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais) mediante a capitalização da reserva de lucros, com bonificação de ações. A bonificação ocorrerá com emissão de 31.591.286 novas ações, emitidas ao custo unitário de R\$ 9,4962895781, sendo 23.100.600 ações ordinárias e 8.490.686 ações preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 10% de ações do mesmo tipo que possuem na data de direito. O pleito está sob análise do órgão regulador - Banco Central do Brasil - BACEN.

c. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva para Equalização de Dividendos** - está limitada a 20% do capital social e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela

distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	30/06/2025	30/06/2024
Base de Cálculo:		
Lucro do Semestre BRGAAP	193.767	168.462
Reserva Legal	(9.689)	(8.394)
Base de cálculo	184.078	160.068
Total Dividendos e JSCP do Semestre	82.743	72.324

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no semestre findo em 30 de junho de 2025 no montante de R\$ 82.743 (R\$ 72.324 em 2024), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 608 (R\$ 529 em 2024), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 82.135 (R\$ 71.795 em 2024), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, ad referendum da AGO 2026.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos períodos de 2025 e 2024:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre/2025	37.743	(278)	37.465	0,119473227
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	82.743	(608)	82.135	0,261917571

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2024	21.600	(157)	21.443	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2024	21.600	(158)	21.442	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre /2024	29.124	(214)	28.910	0,092189979
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	72.324	(529)	71.795	0,228936549

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 26/04/2024 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 17 de dezembro de 2024, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o exercício de 2025. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

35. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de

investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento BANESTES MEZ I FFIDC, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	30/06/2025	31/12/2024
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	114.171	136.493
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	128.651	159.790
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.652.148	1.335.200
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	40.039	50.102
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	82.423	131.077
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	4.011.957	3.294.832
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	476.827	465.154
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	173.569	158.328
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	206.621	1.175.512
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	53.143	57.672
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.204	7.511
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	248.789	235.518
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	350.262	339.546
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	16.948	70.603
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	140.792	147.617
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	9.589	8.317
FUNSES FIC FIM	823.194	735.744
BANESTES Invest Facil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	3.634	2.217
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	19.485	18.167
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	16.539	18.361
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	13.165	12.560
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5.463	5.136
BANESTES Reserva Climatica FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	1.065.982	-
Total	9.660.595	8.565.457

36. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do

Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017.

No primeiro semestre de 2025 as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 10% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES R\$ 8.506 (R\$ 6.917 em 2024). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria Previc n.º 471, de 26/05/2025, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2025, a alteração do Regulamento dos Plano II e III de Aposentadoria. As alterações aprovadas contemplam, principalmente, o aumento do limite máximo da contribuição normal dos Patrocinadores de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento), a partir do mês de competência julho/2025.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (deficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

O semestre encerrado em 30/06/2025 apresentou resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo IAS 19 com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o asset ceiling, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria do BANESTES, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022 e IAS 19.

Nome do Plano	Planos I e II Aposentadoria
Períodos findos em	30/06/2025
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido	
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	1.294.040
2. Custo do serviço	
a. Custo do serviço corrente	553
3. Custo dos juros	66.802
4. Fluxo de caixa	
a. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(64.217)
5. Outros eventos significativos	-
6. Redimensionamento da obrigação	
a. Efeito da alteração de premissas financeiras	
b. Efeito da experiência do plano	55.358
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	
8. Obrigação de benefício definido no final do período	1.352.536
	30/06/2025
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano	
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	1.604.983
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	82.854
3. Fluxo de caixa	
a. Contribuição do participante	4.596
b. Contribuição do patrocinador	3.032
c. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(64.217)
4. Outros eventos significativos	-
5. Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano	
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	1.324
6. Efeito da mudança de câmbio	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do período	1.632.572
	30/06/2025
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa	
1. Obrigação de benefício definido	1.352.536
2. Valor justo do ativo do plano	(1.632.572)
3. Situação Financeira do plano	(280.036)
4. Efeito do limite máximo teto do ativo	280.036
5. Passivo/(ativo) líquido	-
	30/06/2025
D. Componente do custo/(receita) de benefício definido do período	
1. Custo do serviço	
a. Custo do serviço corrente deduzido das contribuições de participantes ativos	(4.043)
b. Custo total do serviço	(4.043)
2. Custo líquido dos juros	
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	66.802
b. Juros/(rendimento) sobre o valor justo dos ativo do plano	(82.854)
c. Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	16.052
d. Custo total dos juros	-
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-
4. Despesa administrativa e imposto	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(4.043)

	30/06/2025
E. Componentes do custo / (receita) de benefício definido para o próximo período	
1. Custo do serviço	
a. Custo do serviço corrente	982
Custo do serviço corrente bruto	982
Contribuições esperadas de ativos para próximo período	-
b. Custo do serviço passado	-
c. (Ganho)/Perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-
c. Custo total do serviço	982
2. Custo líquido dos juros	
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	173.266
b. Juros/(rendimento)sobre o valor justo dos ativo do plano	(209.140)
c. Juros/(rendimento) sobre o direito reembolsável	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) /passivo oneroso	35.874
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	982

	30/06/2025
F. Movimentação do Passivo Líquido	
1. Passivo/(ativo) líquido no final do exercício anterior	(310.943)
2. Despesa do ano	(4.043)
3. Pagamento de contribuição patrocinadora	3.032
4. (Ganhos)/Perdas atuariais do período	(54.035)
5. Variação no teto do ativo	16.052
6. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-
7. Passivo/(ativo) líquido no final do período	-
Total	(349.937)

	30/06/2025
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido	
1.Taxa nominal de desconto	12,81%
2.Taxa de desconto atuarial	7,37%
3.Taxa nominal de crescimento salarial	0,00%
4.Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,07%
5. Taxa nominal de reajuste de benefício	0,00%

	30/06/2025
Média ponderada das premissas para determinar o custo/(receita) de benefício definido	
1.Taxa nominal de desconto	10,59%
2.Taxa de desconto atuarial	7,37%
3.Taxa nominal de crescimento salarial	4,03%
4.Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,00%
5.Tábua de mortalidade geral	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo

	30/06/2025
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	
1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	31,37
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 30 anos)	55,08

	30/06/2025
Análise de sensibilidade nas Hipóteses	
Taxa nominal de desconto	
1. Taxa nominal de desconto- 1,00%	1.453.475
Premissa da análise	6,37%
2. Taxa nominal de desconto+ 1,00%	1.264.581
Premissa da análise	8,37%

	30/06/2025
Fluxos de caixa esperados para os próximos anos	
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	-
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano	
Ano 1	141.226
Ano 2	138.543
Ano 3	135.697
Ano 4	132.687
Ano 5	129.512
Próximos 5 anos	594.387

	30/06/2025
Estatísticas dos participantes	
1. Data da Base do Cadastro	31/05/2025
2. Ativos e autopatrocinados	
a. Quantidade	985
b. Folha anual de salários de participação	135.117
c. Salário de participação médio anual	137
d. Idade média	48,8
e. Tempo de serviço médio	22,5
3. Aposentados e pensionistas	
a. Quantidade	2.462
b. Benefício médio anual	153.401
c. Idade média	69,45

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 30 de junho de 2025 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 41.348 (R\$ 99.915 em 2024).

Transação	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(41.850)	(6.660)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(41.850)	(6.660)	-	-
Depósitos à Vista (2):	(34.778)	(11.891)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(34.778)	(11.891)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.922.104)	(5.683.336)	(188.223)	(335.685)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.922.104)	(5.683.336)	(188.223)	(335.685)
Demais Transações (3):	-	111.303	(237)	5.784
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(237)	(470)
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN (**)	-	111.303	-	6.254

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	30/06/2025				30/06/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	825	3.646	436	144	592	3.420	423	190
Gratificação Natalina	-	139	-	-	-	244	-	-
Participação nos resultados	97	235	-	-	64	208	-	-
Benefícios pós-emprego	-	99	-	-	-	260	-	-
Totais:	922	4.119	436	144	656	4.132	423	190

38. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024
BRGAAP	2.352.609	2.357.214	193.767	168.462
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM - PDD	1.007	(110.797)	(122.192)	3.242
Contratos de Arrendamento	-	3	-	2.577
Efeito Fiscal	(3.113)	44.907	57.271	(2.216)
Outros	12.183	22.221	(10.053)	2.822
IFRS	2.362.686	2.313.548	118.793	174.887
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	10.077	(43.666)	(74.974)	6.425

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

39. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 13 de agosto de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 13 de agosto de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Amarildo Casagrande
José Roberto Macedo Fontes
Marcello Rinaldi
Marinete Andrião Francischetto
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
Alcio de Araujo
Carlos Artur Hauschild
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Célia Lúcia Vieira
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
José Roberto Macedo Fontes
Mário Zan Barros (Coordenador)

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

www.banestes.com.br



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“Banestes” ou “Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e suas controladas em 30 de junho de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banestes e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das perdas esperadas de operações de crédito

Conforme Notas Explicativas nº 3(d) e 11 das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Principal assunto de auditoria

O Banestes registrou em 30 de junho de 2025, R\$ 529.480 mil de provisão para perdas esperadas de operações de crédito, que compreendem as operações de empréstimos, adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) e para os limites de créditos concedidos e não utilizados.

A provisão de perda esperada é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo, e caso não tenha ocorrido aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, a provisão é baseada na expectativa de perda para 12 meses.

A mensuração da provisão de perdas esperadas é apurada com base em julgamento e premissas baseadas no comportamento histórico de perdas e projeções de perdas esperadas considerando variáveis macroeconômicas.

Devido à relevância das operações de crédito para o Banestes e à incerteza significativa envolvida na mensuração da provisão para perdas esperadas – principalmente em razão da complexidade dos modelos e da subjetividade e precisão das premissas utilizadas – consideramos este um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, à aplicação das metodologias, à utilização de índices e premissas utilizados pelo Banestes no cálculo das perdas esperadas das operações de crédito;

- avaliação, com base em amostragem, das premissas que suportam a avaliação do Banestes quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias, quando aplicável, e inspecionamos as documentações de itens selecionados;

- recálculo da provisão para perdas esperadas das operações de crédito;

- avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banestes para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo Banestes; e

- avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito, bem como as respectivas divulgações do Banestes, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Mensuração das provisões e passivos contingentes – Trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme Notas Explicativas nº 3(l) e 20 das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Banestes é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades com as respectivas provisões registradas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas no montante de R\$174.294 mil.</p> <p>Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e do Banestes, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial.</p> <p>Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados;- obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos;- avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais;- avaliação da suficiência de provisão por meio do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e- avaliação das divulgações efetuadas pelo Banestes nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis. <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.</p>

Outros assuntos

Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido (Nota explicativa nº 38)

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido consolidados ("conciliação BR GAAP e IFRS") das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), incluindo a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banestes, conforme descrito na Nota explicativa nº 38, é apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Em nossa opinião, essa conciliação BCB GAAP e IFRS foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banestes é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banestes continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banestes e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banestes e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banestes e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banestes e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banestes e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Primeiro Semestre de 2025

Introdução:

O Comitê de Auditoria, como órgão Estatutário do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo S.A., foi instalado em março de 2010, pelo Conselho de Administração, e exerce suas atividades em conformidade com a Resolução n.º 4.910/2021, do Conselho Monetário Nacional, sendo que suas atividades se estenderam à Banestes Seguros S.A., em conformidade com a Resolução número 432/2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados.

As atividades do Comitê de Auditoria – COAUD são reguladas conforme dispõe o Estatuto Social do Banestes S.A. e pelo Regimento Interno, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária realizada em 30/01/2017 e alterações posteriores, sendo a última em 26/04/2021.

O Comitê de Auditoria é de funcionamento permanente e foi instituído visando à observação das melhores práticas de governança corporativa pelo Banestes S.A., composto por 03 (três) membros, sendo que um de seus membros tem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Em 21/05/2025, a Senhora Marinete Andrião Francisqueto apresentou Carta de Renúncia ao cargo de membro do Comitê de Auditoria, pois passou a atuar no Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento - Cesan, que também tem como acionista controlador, o Estado do Espírito Santo. Dessa forma, o Comitê passou a ser composto pelos Senhores Mario Zan Barros (coordenador) e Christiano Santos Corrêa. Em 22/07/2025, foi realizada a posse do novo membro, Senhor José Roberto Macedo Fontes.

O mandato dos membros do Comitê de Auditoria é de 01 (um) ano a contar da data de sua posse, permitida a recondução nos Termos da Legislação em vigor, sendo um deles, coordenador, preferencialmente especialista em contabilidade e finanças, não exercendo outra função no Banestes S.A.

O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades são

desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos; suas avaliações e atuação baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas do Sistema Financeiro Banestes e dos Auditores Externos.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a atual empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais.

As áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e de elaboração das demonstrações financeiras são subordinadas à Diretoria da Companhia, supervisionadas pelo Comitê de Auditoria.

Atividades do Comitê de Auditoria - período compreendido entre janeiro e junho de 2025:

O Comitê de Auditoria, sob a Coordenação do Senhor Mário Zan Barros, reuniu-se a cada mês em 6 (seis) sessões ordinárias e 9 (nove) extraordinárias para o período citado, das quais participaram membros da diretoria, auditores internos e externos, além de outros membros da Administração, conforme convocados pelo coordenador do Comitê de Auditoria.

DESTAQUE das atividades realizadas no período:

- Conhecimento das perspectivas do Banestes e das estratégias da nova diretoria quanto às políticas gerais e de controles internos da instituição;
- Aprovação e acompanhamento do Plano da Auditoria Interna: sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pelo Conselho da Administração;
- Conhecimento do teor das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria do Banestes, realizadas entre 01 de janeiro de 2024 a 30 de junho de 2025;
- Conhecimento Relatório Canal de Denúncias 2º Semestre 2024;
- Conhecimento Relatório de Indícios de Ilícitudes - Res 4859 2º semestre 2024

- Conhecimento do PAR PRO 11/2024 – Relatório Conclusivo de Auditoria regular – Gerencia de Correspondente – GECOR
- Conhecimento do PAR PRO 11/2024 – Relatório Conclusivo de Auditoria regular – DTVM - Gerencia de Controles Internos e Risco – GECIR e Gestão de Recursos de Terceiros – GEGER;
- Conhecimento PAINT 2025;
- Conhecimento dos esclarecimentos da KPMG Auditoria Independente S.A. referente às Demonstrações Financeiras do exercício de 2024 e das principais informações sobre o trabalho de auditoria independente realizado no período; Relatório do Conglomerado Prudencial; discussão e elaboração da Minuta do relatório do Comitê de Auditoria;
- Conhecimento relatório Avaliação de Efetividade PLDFTP Banestes 2024;
- Conhecimento relatório Avaliação de Efetividade PLDFTP Banestes DTVM 2024;
- Conhecimento Relatório Ouvidoria – Banestes Seguros – 2º Semestre 2024;
- Conhecimento Relatório das Atividades da Auditoria Interna 2024 – RAINTE;
- Conhecimento Relatório de Controles Internos da Resolução nº 30/2021 – Dever de Verificação da Adequação dos Produtos, Serviços e operações ao Perfil do Cliente (suitability) – Ano Base 2024;
- Conhecimento Relatório Anual de Controles Internos – prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários – Resolução CVM nº 32/2021;
- Conhecimento Relatório Anual de Controles Internos – Operações Realizadas com Valores Mobiliários em Mercados Regulamentados de Valores Mobiliários – Resolução CVM nº 35/2021;
- Conhecimento Relatório à Avaliação Interna de Riscos – Resolução CVM nº 50/2021 – data Base 2024;
- Conhecimento Relatório Anual de Controles Internos - Programa de Qualificação Operacional – PQO;
- Conhecimento relatório KPMG Auditores Independentes – Resolução CMN nº 2.682/99 – data Base de 31/12/2024;
- Conhecimento relatório KPMG Auditores Independentes – Resolução BCB nº 130/2021;
- Conhecimento do PAR PRO 001/2024 – Laudo Descritivo do Processo de Suitability – GEDIC;
- Conhecimento do PAR PRO 017/2024 – Prevenção de Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa – GEMOC;
- Conhecimento do PAR PRO 017/2024 – Prevenção de Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa – GECIR/DTVM;

- Conhecimento do PAR PRO 018/2024 – Relatório da auditoria interna sobre a descrição, o projeto e a eficácia operacional dos controles relacionados à prestação do serviço de custódia de valores mobiliários regidos pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 32 – GEFIN;
- Conhecimento do PAR PRO 018/2024 – Relatório da auditoria interna sobre a descrição, o projeto e a eficácia operacional dos controles relacionados à prestação do serviço de custódia de valores mobiliários regidos pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 32 – GEDIC;
- Conhecimento do PAR PRO 019/2024 – Intermediação de operações realizadas com valores mobiliários em mercado regulamentados de valores mobiliários – GEDIC;
- Conhecimento do PAR PRO 019/2024 – Intermediação de operações realizadas com valores mobiliários em mercado regulamentados de valores mobiliários – GEFIN;
- Conhecimento do PAR PRO 020/2024 – Verificação dos procedimentos e dos controles internos adotados pela Gerencia de Administração de Recursos de Terceiros (GEART), no processo de administração de carteiras de valores mobiliários;
- Conhecimento PAR PRO 021/2024 -Relatorio da auditoria interna sobre a descrição, o projeto e a eficácia operacional dos controles relacionados à prestação do serviço de escrituração regido pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 33 – GEART / DTVM;
- Conhecimento PAR PRO 22/2024 – Relatório da auditoria interna para atendimento ao código de serviços qualificados Anbima – GEART / DTVM;
- Conhecimento PAR PRO 22/2024 – Relatório da auditoria interna para atendimento ao código de serviços qualificados Anbima – GEDIC;
- Conhecimento Carta anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa – Banestes S.A.
- Conhecimento Estudo Técnico demonstrativo da expectativa de geração de resultados futuros – 2025-2034

Demonstrações Financeiras - O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios financeiros e relatório da administração com data base em 30/06/2025, tendo ainda, realizado reuniões com os responsáveis pela elaboração de tais documentos e com os auditores independentes, para informações e esclarecimentos adicionais. Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo Banestes na elaboração de demonstrações financeiras, não tendo sido constatados fatos ou diferenças que pudessem influenciar, de forma material, a situação econômica e financeira da Instituição.

Subsidiárias Integrais Banestes Seguros S.A., Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banestes DTVM), e Banestes Loteria S.A., e empresa controlada, Banestes

Administradora e Corretora de Títulos e Capitalização Ltda.(Banescor) - O Comitê de Auditoria analisou a elaboração das Demonstrações Financeiras com o objetivo de observar as práticas contábeis adotadas, bem como a efetividade dos controles internos dessas empresas.

Foram verificadas também as Demonstrações Financeiras dos Fundos administrados pela subsidiária integral, Banestes DTVM.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banestes S.A. que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em riscos a continuidade do Sistema Financeiro Banestes ou pudessem afetar, de forma material a fidedignidade de suas Demonstrações Financeiras. Procedidas as análises das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP), Demonstrações Financeiras consolidadas em IFRS, e dos relatórios da administração referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025 e considerando as informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, recomendar a sua aprovação pelo Conselho de Administração e posterior encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

Vitória (ES), 13 de agosto de 2025.

Mário Zan Barros

Christiano Santos Corrêa

José Roberto Macedo Fontes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como os Relatórios do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 13 de agosto de 2025

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Célia Lúcia Vieira
Conselheira

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro

Tamires Endringer Depes
Conselheira

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao período findo em 30 de junho de 2025 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 13 de agosto de 2025

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores
e de Finanças